

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Claudia Daiane Oliveira de Almeida

**PSICOGRAFIA: SUA IDENTIFICAÇÃO COMO UMA ESPÉCIE
DOCUMENTAL NA ÁREA ARQUIVÍSTICA**

Santa Maria, RS
2022

Claudia Daiane Oliveira de Almeida

**PSICOGRAFIA: SEU RECONHECIMENTO COMO ESPÉCIE DOCUMENTAL NA
ÁREA ARQUIVÍSTICA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Alberto Soares Cruz

Santa Maria, RS
2022

Claudia Daiane Oliveira de Almeida

**PSICOGRAFIA: SUA IDENTIFICAÇÃO COMO UMA ESPÉCIE DOCUMENTAL
NA ÁREA ARQUIVÍSTICA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em arquivologia**.

Aprovado em 03 de fevereiro de 2022.

**Jorge Alberto Soares Cruz, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Danilo Ribas Barbiero, Dr. (UFSM)

Rafael Chaves Ferreira, Me (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as oportunidades que tive na vida e aos Espíritos Superiores por me ampararem e incentivarem a superar todos os desafios desta existência.

A Rogério da Costa Fioravanti, pelo amor, carinho, companheirismo, dedicação, incentivo e compreensão para concluir esta graduação.

Aos meus Filhos Giovana, Artur, Rafael e Alana pela compreensão da ausência de convívio e pelo amor incondicional que me proporcionam.

A minha família, especialmente minha mãe, por toda sua dedicação e abdicção na minha criação e de meus irmãos; aos meus irmãos que me ensinaram a superar os desafios que as adversidades nos impunham, a ser forte mesmo já não possuindo mais forças, e a saber sentir e vivenciar o amor desinteressado.

A Alessandro Aquino Dias, que considero mais que amigo, um irmão de coração, que me acompanhou nessa jornada acadêmica me auxiliando e incentivando a superar todos os obstáculos.

As minhas queridas amigas Elizabeth Silveira e Marta Valquiria, pelo carinho, amizade, incentivo e auxílio nesta jornada.

Aos professores e colegas que contribuíram com minha formação, em especial à Anelise Rempel.

Ao Prof. Dr. Danilo Barbiero, por toda ajuda e auxílio durante o início nesta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Jorge Soares Cruz, por ter me orientado nesta pesquisa.

A William Jerônimo Gontijo da Silva, por ter me concedido a entrevista que contribui para demonstrar a necessidade do objetivo desta pesquisa.

A todos os meus amigos, pela força, apoio, carinho, principalmente aqueles que ajudaram diretamente para realização deste trabalho.

“A fé cega não é mais deste século; ora, é precisamente o dogma da fé cega que causa, atualmente, o maior número de incrédulos, porque ela quer se impor, porque ela exige a abdicação de uma das mais preciosas prerrogativas do homem: o raciocínio e o livre-arbítrio.”

“não há fé inquebrantável senão aquela que pode encarar frente a frente a razão, em todas as épocas da humanidade.”.

(KARDEC, 2010, p. 323)

RESUMO

PSICOGRAFIA: SUA IDENTIFICAÇÃO COMO ESPÉCIE DOCUMENTAL NA ÁREA ARQUIVÍSTICA

AUTORA: Claudia Daiane Oliveira de Almeida
ORIENTADOR: Prof. Dr. Jorge Alberto Soares Cruz

A arquivologia tem por objeto a informação e o documento arquivístico, seu valor administrativo, histórico e probatório dentro dos contextos em que estão armazenados/custodiados, ou seja, de caráter público ou privado. O objetivo desta pesquisa é investigar como a psicografia pode ser identificada como espécie documental, em razão de não haver referência deste documento na área Arquivística. No Brasil, as pesquisas relacionadas à psicografia têm possibilitado um número significativo de trabalhos científicos em diversas áreas do conhecimento sendo, predominante na área do Direito, por existir jurisprudência do documento psicografado ser aceito como documento probatório. No Brasil, a Doutrina Espírita é considerada a terceira “religião” com mais adeptos, segundo dados do IBGE 2010. A psicografia é produto de uma atividade denominada sessão mediúnica ou de intercâmbio em instituições espíritas, o que torna esta pesquisa relevante dentro da perspectiva dessas instituições e fora destas. Para esta pesquisa, adotou-se como metodologia um levantamento bibliográfico e uma revisão de literatura sobre os temas Arquivologia; identificação documental, tipologia documental, gestão arquivística, psicografia, documento probatório no Direito. Neste contexto, realizou-se uma pesquisa na BDTD, em sítios de repositórios acadêmicos institucionais; em livros de referência; sítios institucionais, artigos e revistas disponíveis na internet. Como resultado, constatou-se que identificar documentos que não são contemplados por publicações técnicas da Arquivologia é uma tarefa complexa. A resposta para as perguntas que nortearam esta pesquisa: como identificar, classificar e descrever a psicografia? De modo incipiente, a psicografia é uma espécie documental, e é possível identificar, classificar e descrever, observando o contexto de sua produção.

Palavras-chave: Arquivologia. Identificação Documental. Espécie documental. Psicografia. Documento probatório.

ABSTRACT

PSYCHOGRAPHY: IDENTIFYING ITS DOCUMENTARY SPECIES WITHIN ARCHIVAL SCIENCE

AUTHOR: Claudia Daiane Oliveira de Almeida

ADVISOR: Prof. Dr. Jorge Alberto Soares Cruz

The object of Archival Science is the information and the record, its primary, historical and evidential values within the context they are stored. The purpose of this research is to investigate how the psychography can be identified as a record species, regarding the fact that there is not reference of such record in Archival Science. In Brazil, research on psychography have been allowing an increasing number of essays in different areas of knowledge such as Law. Also in Brazil, the Spiritist Doctrine is seen as the third “religion” by IBGE data from 2010. The psychography is the outcome from an activity entitled mediumistic session within spiritist organizations. The methodology applied to this research is related to a bibliographical research also a literary review on subjects as Archival Science, Record identification, records management, Psychograph. The sources of the material applied in the research came from BDTD, a variety of websites, articles and journals from the Internet. Concerning the results, it is possible to affirm that identifying records which are excluded from technical journals and books in Archival Science is a complex task. For now, it is possible to state that psychography is a documentary species and we can identify, classify and describe it according to the context of its production.

Keywords: Archival Science. Record Identification. Record Species. Psychography. Evidential Value.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Prancheta escrita indireta	44
FIGURA 2 - Psicografia escrita direta	45
FIGURA 3 – Esquema: Gêneros da “literatura espírita” e formas de adaptação axiológica	54
FIGURA 4 – subgêneros da prática psicográfica	55
FIGURA 5 – Elementos diplomáticos de uma psicografia	66

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1 - Incidência do termo psicografia (comunicação mediúnica) em pesquisas de pós-graduação em Repositórios Digitais de universidades no Brasil 23

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Tipos de Médiuns	46
QUADRO 2 - Casos em que a psicografia foi aceita com documento probatório	60
QUADRO 3 - Obras divergem sobre a psicografia no Direito	62
QUADRO 4 - Elementos da classificação na Arquivologia e letras Português (Linguística)	63
QUADRO 5 - Identificação Diplomática - Identificação Tipológica	64

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BDTD-IBICT	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
CF	Constituição Federal
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPC	Código de Processo Civil
CPP	Código de Processo Penal
DBTA	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
FEB	Federação Espírita Brasileira
FDV	Faculdade de Direito de Vitória
FERGS	Federação Espírita do Rio Grande do Sul
FUV	Faculdade Unida de Vitória
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias
ISAD(G)	Norma geral internacional de descrição arquivística
LEO	Livro dos Espíritos
LMO	Livro dos Médiuns
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OQEE	O Que É o Espiritismo
PL	Projeto de lei
PUC -MG	Pontifícia Universidade Católica - Minas Gerais
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica - Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica - São Paulo
SEEC	Sociedade Espírita Estudo e Caridade
SEEP	Sociedade de Estudos Espírita Parisiense
UEFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará

UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIVEM	Centro Universitário Eurípedes de Marília
USP	Universidade de São Paul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivo Geral	17
1.2	Objetivos específicos	17
1.3	JUSTIFICATIVA	17
2	REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1	ARQUIVOLOGIA	24
2.2	ARQUIVO - CONCEITO DE DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO	26
2.3	ARQUIVOS PRIVADOS	27
2.4	EVOLUÇÃO DA DIPLOMÁTICA	28
2.5	GESTÃO DOCUMENTAL	30
2.6	IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL	31
2.7	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	36
2.8	CLASSIFICAÇÃO/ARRANJO	37
2.9	DESCRIÇÃO DOCUMENTAL	38
3	DOCTRINA ESPÍRITA	40
3.1	PSICOGRAFIA	43
3.2	ESPIRITISMO NO BRASIL – INSTITUIÇÕES ESPÍRITAS	47
3.3	RELIGIÃO E PENSAMENTO RELIGIOSO	49
3.4	ESTADO LAICO	50
3.5	TIPOLOGIA TEXTUAL/GÊNEROS TEXTUAIS – PSICOGRAFIA	52
4	METODOLOGIA	56
5	PSICOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO	58
4.1	A PSICOGRAFIA COMO DOCUMENTO PROBATÓRIO NO ESPAÇO JURÍDICO	58
4.2	A PSICOGRAFIA IDENTIFICADA COMO ESPÉCIE DOCUMENTAL	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	70
	APÊNDICE A – LISTA DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E TESES DE DOUTORADO QUE CITAM O TERMO PSICOGRAFIA DIRETA E INDIRETAMENTE	76

**APÊNDICE B – ENTREVISTA COM WILLIAM JERÔNIMO GONTIJO DA
SILVA** 90

**APÊNDICE C – PROPOSTA CONCEITUAL DE PADRONIZAÇÃO DE UMA
PSICOGRAFIA** 93

1 INTRODUÇÃO

A motivação para o desenvolvimento da temática acerca da psicografia foi a partir da visita ao acervo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade Lar de Joaquina¹ (SEEC), no qual realizei uma atividade de pesquisa na disciplina de Arranjo e Descrição de Documentos II, no 4º semestre do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisa esta realizada no Acervo Histórico da instituição. Neste contexto, surgiu o questionamento de como realizar a atividade de classificação/arranjo e descrição de uma psicografia. O questionamento foi levantado porque o livro de atas escolhido para realizar a pesquisa continha a transcrição de psicografias que indicavam autoria de dois *Mentores Espirituais*² da entidade no seu interior. As psicografias são produzidas na SEEC Lar de Joaquina desde sua fundação, em 1927, até os dias atuais e são mantidas em sua maioria sob a custódia da instituição. Este registro documental – denominado “psicografia” por Allan Kardec³, em “O livro dos Médiuns”, publicado em 1861. No referido trabalho, não se pôde fazer a descrição deste registro por não haver nenhum referencial teórico que nos desse embasamento para realizar tal descrição baseada na teoria dos arquivos.

A arquivologia tem por objeto de estudo a informação e o documento arquivístico, seu valor administrativo, histórico e probatório dentro dos contextos em que estão armazenados/custodiados, ou seja, de caráter público ou privado. A gestão do conjunto documental de cada arquivo é realizada pela função para qual o documento foi criado, por sua utilidade, e deve ter um tratamento, considerando sua especificidade. No caso apresentado, a gestão é observada pelo contexto do documento, pela natureza da atividade e pelo agente produtor.

A gênese desta pesquisa está na constatação que há produção de um volume documental psicografado (escrita de um espírito pelas mãos de um médium), sendo produzida dentro das instituições espíritas ao longo dos anos. A psicografia é, de acordo com a proposta

¹ A Sociedade Estudos Espíritas e Caridade Lar de Joaquina é uma instituição de pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Conforme consta no estatuto social dela, trata-se de uma associação civil assistencial, cultural, educacional, espírita e filantrópica. Foi fundada em 13 de abril de 1927.

² Mentor Espiritual: no Brasil, designa-se este termo aos espíritos evoluídos (espíritos que possuem uma evolução moral e intelectual elevada) que se dedicam a um indivíduo, grupo, instituição, sociedade, nação, etc. Na Doutrina Espírita, o termo é espírito protetor/anjo guardião/bom gênio.

³ Allan Kardec, pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), foi um importante propagador (organizador) da doutrina espírita. Ele foi educador, escritor e tradutor francês.

de Kardec (1861), no Regulamento da Sociedade de Estudos Espíritas Parisiense (art. 20)⁴, um documento de caráter permanente que deve ser custodiado pela instituição. Esta proposta é seguida por Instituições Espíritas no Brasil, que se utilizam deste regulamento para elaborar seus regimentos internos. O mesmo é inexplorado na arquivologia, pois não há referências em glossários ou livros técnicos da área sobre como identificar este tipo de registro documental manuscrito.

Entretanto, no Brasil, as pesquisas relacionadas à psicografia têm possibilitado um número significativo de trabalhos científicos em diversas áreas do conhecimento. Destacando-se pesquisas que versam sobre a psicografia e sua utilização como fonte jurídica na área do Direito, em virtude de existir jurisprudência aceitando a psicografia como documento probatório. A psicografia foi objeto de um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados (PL 1.705/2007) de autoria do deputado do PP/ DF Robson Rodovalho (o projeto foi arquivado). Essas indagações sobre a utilização da psicografia como documento probatório no âmbito do direito despertam o questionamento do porquê não existir qualquer referência sobre sua existência na área arquivística.

O questionamento visa buscar argumentos que viabilizem que a psicografia seja identificada como uma espécie documental, partindo do ponto em que a psicografia é produzida de uma forma atípica aos meios convencionais, onde se utiliza a técnica da mediunidade como necessária para a produção deste registro documental.

As perguntas centrais que nortearam esta pesquisa foram: No fazer arquivístico, como o arquivista deve proceder ao se deparar com um documento psicografado? Como identificar, classificar e descrever este tipo de produção? observando que é um documento permanente e não há nenhuma referência do termo psicografia nas bibliografias consultadas da área da Arquivologia pesquisadas.

É importante destacar que, de acordo com Camargo (2015, p. 14), “[...] a nomeação adequada dos documentos, para fins de organização e descrição dos arquivos, tem sido bastante negligenciada”. A autora afirma que isso vem ocorrendo pela “acomodação dos arquivistas”. Camargo (2015, p. 14) ressalta que “observa-se entre nós um curioso fenômeno:

⁴ Art. 20º: Nenhuma comunicação espírita, obtida fora da Sociedade, poderá ser lida, antes de ter sido submetida, quer ao Presidente, quer à comissão, que podem admitir ou recusar a leitura. Uma cópia de toda comunicação estranha, cuja leitura tiver sido autorizada, deverá ficar depositada nos arquivos. Todas as comunicações, obtidas durante as sessões, pertencem à Sociedade; os médiuns que as escreveram poderão tirar delas uma cópia. (KARDEC, 2010, p. 421).

muitos profissionais se eximem de identificá-los, na suposição de que, sendo todos da mesma espécie, basta reconhecê-los pela função que cumprem ou pelo assunto de que tratam”. Para Rodrigues (2011, p. 118), “A identificação é um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista”.

Na inexistência de estudos que digam a respeito da psicografia na área arquivista, observa-se que há necessidade de estudos sobre este registro documental. Esta pesquisa visa corroborar com a identificação dessa espécie documental, porém não versa sobre sua veracidade ou autoria.

1.1 Objetivo Geral

Conforme exposto acima, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar como a psicografia pode ser identificada como espécie documental, observando o gênero textual a que se refere de acordo com as teorias dos arquivos e ciências afins. Entendemos que o estudo deste registro documental permitirá uma melhor gestão da informação produzida, assim como eficácia e eficiência no processo de gestão arquivística

1.2 Objetivos específicos

Por sua vez, traçamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Contextualizar aspectos relevantes a esta pesquisa referente à Arquivologia, Identificação Documental, Gênero textual, Documento probatório no Direito;
- b) Contextualizar O’Que é psicografia e sua técnica de produção;
- c) Propor que a psicografia seja identificada como espécie documental sob o viés arquivístico.

1.3 JUSTIFICATIVA

Até o momento, no meio científico, o referencial encontrado tem predominância na área do Direito Processual Penal, na qual foi a psicografia aceita como documento de valor probatório em nove processos no âmbito nacional e já é objeto de jurisprudência. A psicografia também foi objeto de um PL na Câmara dos Deputados, no Manual de Dissertações e Teses da UFSM (MDT 2020), no item 6.10.1 entre os exemplos de referências,

encontram-se Obras mediúnicas, na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR) 6023:2018, no item 8.1.1.7. Para obras psicografadas na literatura, há também trabalhos científicos em outras áreas do conhecimento que versam sobre o tema psicografia.

Nas instituições espíritas, sua existência e a “confiabilidade⁵” em suas informações são bem difundidas, através das obras psicografadas por diversos médiuns nacionais e estrangeiros. É o produto de uma atividade realizada denominada reunião/sessão mediúnica, que segundo a doutrina espírita, é uma atividade através da prática mediúnica – na qual Espíritos de diversas “escalas espirituais⁶” trazem seus relatos, orientações, mensagens para entes queridos, entre outras modalidades de psicografias que serão tratadas neste trabalho.

Não há estudos referentes ao tratamento documental da psicografia em instituições espíritas. Sua destinação dentro das mesmas é incerta. Seu caráter probatório de atividade-fim é pouco difundido e sua valorização como documento de valor permanente é ambíguo.

Diante desses cenários, seria inadequado propor uma discussão a respeito da psicografia e seu tratamento arquivístico sem buscar embasamento teórico na área. Demonstra-se ser mais adequada a adoção de uma base teórica sólida tanto na arquivologia como nas ciências afins (Diplomática contemporânea, Letras e Direito) que permitam um embasamento teórico consolidado para esta pesquisa, visto que a interdisciplinaridade é uma das características da arquivologia.

Nos próximos capítulos, apresentaremos uma revisão bibliográfica na qual procuraremos mostrar argumentos que sustentem a defesa da psicografia como um documento arquivístico.

⁵ A confiabilidade nas informações obtidas através das comunicações mediúnicas de acordo com a Doutrina Espírita requer um estudo minucioso. Segundo Kardec(2010) em “O livro dos Médiuns” no item, 266. “Submetendo todas as comunicações a um exame escrupuloso, escrutando e analisando o pensamento e as expressões, como se faz, quando se trata de julgar uma obra literária, rejeitando, sem hesitar, tudo o que peque contra a lógica e o bom senso, tudo o que desminta o caráter do Espírito.[...] Eis, aqui, sobre este assunto, o conselho dado por São Luís: “Qualquer que seja a confiança legítima que vos inspirem os Espíritos que presidem os vossos trabalhos, há uma recomendação, que nunca será demais repetir e que deveríeis ter sempre presente no pensamento, quando vos entregais aos vossos estudos: é de pesar e de amadurecer, é de submeter ao controle da razão mais severa todas as comunicações que receberdes; é de não negligenciar, desde que um ponto vos pareça suspeito, duvidoso ou obscuro, de pedir explicações necessárias para fixar-vos”. (KARDEC, 2010, p. 308).

⁶ Escala Espírita [...]A classificação dos espíritos está baseada no grau de adiantamento deles, nas qualidades que adquiriram e nas imperfeições de que ainda têm que se despojar. Esta classificação, aliás, nada tem de absoluta; cada categoria, apenas no seu conjunto, apresenta um caráter distinto; porém, de um grau a outro, a transição é insensível e, nos limites, o matiz se apaga como nos reinos da Natureza.[...]Geralmente, os espíritos admitem três categorias principais ou três grandes divisões. Na última, a que fica na base da escala, estão os espíritos imperfeitos, caracterizados pela predominância da matéria sobre o espírito e a propensão para o mal. Os da segunda, caracterizam-se pela predominância do espírito sobre a matéria e pelo desejo do bem: são os bons espíritos. A primeira, enfim, compreende os puros espíritos, os que atingiram o grau supremo de perfeição. (KARDEC, 2010, p. 103/104)

No capítulo um introdução, contempla os contextos que motivaram esta pesquisa, os objetivos geral e específicos e a justificativa.

No capítulo 2, revisão de literatura aborda-se as dificuldades encontradas e os temas: Arquivologia, Documento Arquivístico, Arquivo Privado, Evolução da Diplomática, Documento Arquivístico, Gestão Documental, Identificação Documental, Tipologia Documental, Classificação/Arranjo, Descrição Documental .

No capítulo 3 é a contextualização da Doutrina Espírita, Psicografia, Espiritismo no Brasil, Religião, Pensamento Religioso e Estado Laico e Tipologia Textual/Gêneros Textuais - Psicografia.

No capítulo 4 está a metodologia empregada nesta pesquisa.

No capítulo 5 traz a Psicografia Enquanto Espécie Documental e a Psicografia Como Documento Probatório no Espaço Jurídico.

No capítulo 6 é a conclusão, observando os resultados alcançados nesta pesquisa e possíveis desdobramentos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A primeira dificuldade relativa ao desenvolvimento do presente trabalho foi a falta de subsídios referente ao tema na arquivologia que permitisse abordar com propriedade o termo psicografia e sua qualificação como espécie documental, bem como o debate entre estas duas ciências: Arquivística e Doutrina Espírita. Foram realizadas pesquisas em diversos glossários de espécies documentais, publicações técnicas e livros de Arquivologia e nenhuma referência sobre os termos psicografia/carta psicografada/manuscrito psicografado/registro psicografado foi encontrada.

Pela proposta de Kardec (2010, p. 13), “o Espiritismo é uma ciência⁷ que trata da natureza, da origem e do destino dos espíritos e das suas relações com o mundo corporal”. Como ciência o Espiritismo tem sua teoria, metodologia e objeto de estudo: as manifestações inteligentes⁸ (espírito). Uma frase de Kardec (2001, p. 8) fundamenta a parte científica da doutrina: “O sobrenatural não existe”. Após anos observando, identificando, experimentando e deduzindo os fenômenos ditos paranormais/sobrenaturais, Kardec constatou que eram fenômenos operados por inteligências; que essas eram os espíritos que já estiveram entre nós; que era possível se comunicar com eles. A partir das comunicações com essas inteligências que se identificaram como “Espíritos Superiores” e comparando com seus pares as informações que os Espíritos traziam, ele organizou e publicou os livros que fundamentam a Doutrina Espírita, além de constatar que esses fenômenos são leis naturais.

Na obra intitulada “Do Outro Lado - A história do sobrenatural e do espiritismo”, Del Priore destaca que, “O espiritismo se apresentava deliberadamente científico por seus métodos: recolher, observar e depois experimentar os “fatos espíritas”. (DEL PRIORE, 2014, pág. 153/154). Esse caráter científico destacado por Del Priore (2014) é evidenciado na Revista Espírita – entre 1858 a 1869 – e no O Livro dos Médiuns. Nesta obra, Kardec

⁷ Ciência Espírita: Segundo Figueiredo (2016), Em suas obras, Kardec qualifica o espiritismo como ciência, mas pensá-lo como tal, segundo o significado vulgar e contemporâneo desse termo é um grande equívoco. [...]. Na época de Kardec,[...]. Considerava-se a diversidade de teorias, mesmo que fossem vitalistas ou espiritualistas. (FIGUEIREDO, 2016, p. 182/183). O espiritismo de acordo com o entendimento da época estaria no grupo das Ciências Morais, inserido no grupo de Ciências Filosóficas que se dividia em: 1ª Ciências psicológicas (psicologia, lógica, moral e estética), 2ª Metafísica. Foi neste contexto que Kardec qualificou o Espiritismo como Ciência Filosófica.

⁸ Manifestações Inteligentes: De acordo com a Doutrina Espírita seria a prova de intervenção dos Espíritos no meio físico através dos vários tipos de comunicação. No LM Kardec explica que, “Para que uma manifestação seja inteligente, não é necessário que ela seja eloquente, espirituosa, ou erudita; basta que ela prove ser um ato livre e voluntário, que exprima uma intenção, ou responda a um pensamento”. (KARDEC, 2010, p. 77).

organizou a teoria e a metodologia referentes aos fenômenos mediúnicos (ditos sobrenaturais). Kardec divide os fenômenos mediúnicos em efeitos físicos (objetivos) e efeitos intelectuais (subjetivos). Os efeitos físicos são: a materialização (o espírito se faz visível), a transfiguração (alterações de aparência), a pneumatografia (escrita direta do espírito), a tipologia (pancadas), a semiologia (sinais), a bicorporeidade (estar em dois lugares ao mesmo tempo) e o transporte (transportar objetos). Os efeitos intelectuais são: a audiência (escutar a voz do espírito), a cura (médiums curadores), a inspiração, a intuição, a psicofonia (pela voz do médium), a psicografia (escrita direta pelo médium) e a vidência (ver o espírito).

Kardec (2010) elucida o objetivo da formação da Sociedade de Estudos Espíritas Parisiense (SEEP) no art. 1º: “a Sociedade tem por objetivo o estudo de todos os fenômenos relativos às manifestações espíritas e suas aplicações às ciências morais, físicas, históricas e psicológicas[...]” (KARDEC, 2010, p. 415). Na SEEP, havia as reuniões experimentais (manifestações físicas), reuniões de instrutivas (manifestações intelectuais) e reuniões de estudo. Atualmente, as reuniões experimentais ocorrem em poucos centros espíritas do país, enquanto as reuniões de estudo e instrutivas são atividades aderidas na maioria.

No âmbito referente à identificação documental, utilizamos os seguintes autores para esta pesquisa: Ana Célia Rodrigues (2008, 2010, 2011), Ana Maria Camargo(2015), Bruno Delmas (2015), Heloisa Liberalli Bellotto (2006. 2015), Natalia Tognoli (2016), Luciana Duranti (), Sonia Maria Rodriguez () e Vanderlei Santos ().

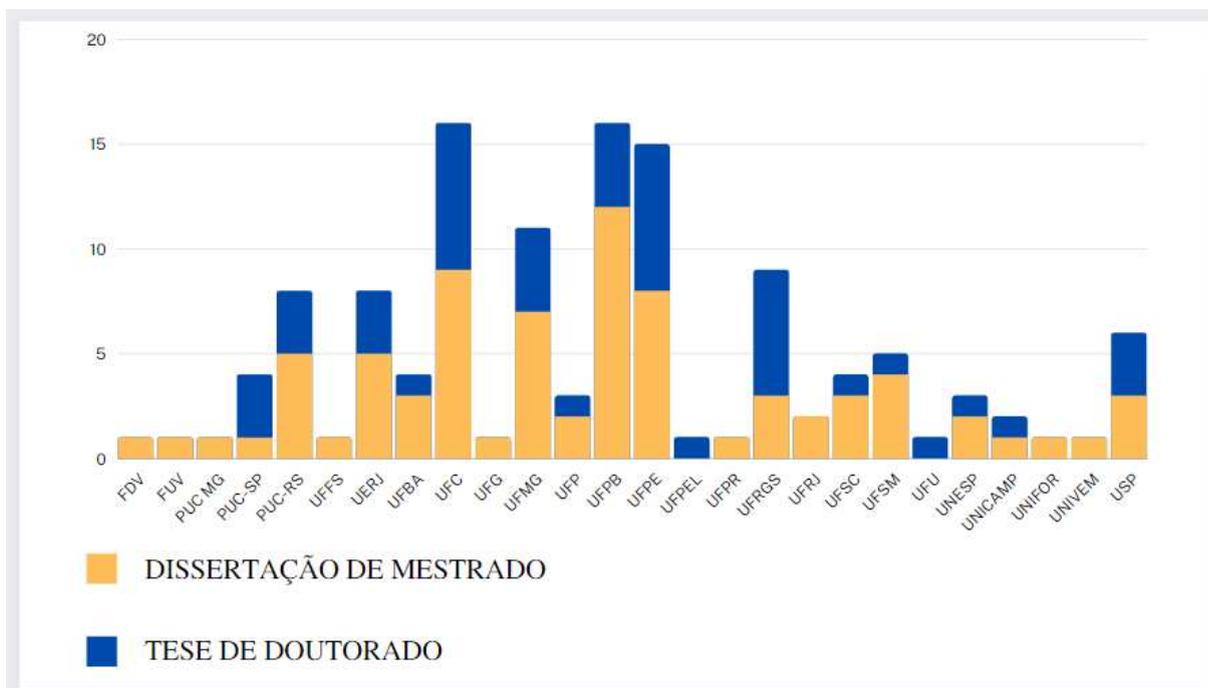
Na perspectiva de identificar a psicografia como espécie documental, o viés adotado foi buscar argumentação teórica nas áreas afins da arquivologia: Diplomática contemporânea, nos seus estudos referentes à identificação documental; na Linguística, nos estudos referentes a gêneros textuais; no Direito, referente a psicografia como documento probatório. Após fazer uma seleção do material a ser utilizado no presente trabalho, o resultado será desenvolvido no decorrer desta pesquisa.

Os estudos empíricos retratam uma importante ferramenta para avaliar o desenvolvimento e a evolução do conhecimento a respeito de teorias, possibilitando que conceitos e hipóteses possam ser verificados. Analisar o desenvolvimento e a prática da teoria sob a perspectiva dos estudos empíricos tornam-se relevantes para acompanhar o estado da arte. Portanto, o objetivo desta pesquisa nos repositórios digitais visa proporcionar um panorama das pesquisas que citam o termo psicografia, demonstrando a relevância de estudos sobre este documento. Na inexistência de referencial teórico do termo psicografia na área

Arquivística, foi realizada uma pesquisa na BDTD-IBICT, nos repositórios digitais das instituições acadêmicas e no google acadêmico, utilizando o termo de busca “psicografia e psicografia/espiritismo” em todos os campos. Ressaltamos que foram descartados os termos: carta psicografada, mensagem psicografada, obra psicografada entre outras expressões tendo o mesmo significado. Como o termo psicografia é utilizado também na análise do modo de vida, dos comportamentos, das atividades e dos desejos dos consumidores, estes trabalhos também foram descartados. Foram consideradas as pesquisas que se referiam ao termo psicografia no sentido de comunicação mediúnica. Cabe destacar que as pesquisas selecionadas são utilizadas no intuito de amostragens para a análise de pesquisas científicas que citam o termo psicografia. O (apêndice A) contém 62 pesquisas de pós-graduação disponibilizadas nos repositórios digitais.

Na BDTD-IBICT, foram encontradas 22 incidências: 12 dissertações de mestrado e 10 teses de doutorado. Os valores referentes às pesquisas da BDTD-IBICT foram desconsiderados por existir a possibilidade de repetição em outro repositório. No total, foram encontradas 136 pesquisas de pós-graduação que citam o termo psicografia no sentido de comunicação (espírito/médium). Os resultados podem ser observados no gráfico 1.

Gráfico 1 - Incidência do termo psicografia (comunicação mediúnica) em pesquisas de pós-graduação em Repositórios Digitais de universidades no Brasil



As áreas do conhecimento em que o termo psicografia foi encontrado foram: Antropologia, Antropologia Social, Ciência da Religião, Ciências Políticas, Direito, Educação, Geografia, História, Letras (Linguística e Língua Portuguesa, Teoria Literária), Música, Psicologia, Psicologia Social, Psiquiatria e Sociologia. Em alguns dos trabalhos, a psicografia foi o objeto da pesquisa. Na área do Direito, encontramos pesquisas referentes à psicografia como documento probatório e a direitos autorais. Em Letras, encontramos análise do texto do documento psicografado. Em Ciência das Religiões, encontramos análise do discurso dos textos. Em Psicologia Social, encontramos o uso e o sentido das crenças em experiências paranormais.

Por se tratar de uma monografia, esta pesquisa é uma exposição de elementos que possam caracterizar a psicografia como espécie documental na área arquivística, considerando a relevância probatória, cultural e histórica deste documento.

2.1 ARQUIVOLOGIA

Ao longo da História, as informações arquivísticas encontraram em diferentes suportes: nas paredes das cavernas, em placas de argila, papiros, pergaminhos, papel, e mais recentemente em meio digital. Partindo dessa premissa, os arquivos existem desde que o Homem passou a registrar suas relações com o meio ambiente e a sociedade onde estava inserido.

O acúmulo de registros informacionais favoreceu o surgimento dos arquivos gerando a necessidade de estudos que objetivaram buscar métodos e formas de armazenamento e tratamento dos suportes documentais o que proporcionou a surgimento da Arquivologia, é como a ciência que se ocupa dos estudos referentes às funções dos Arquivos, a produção documental, bem como, a organização, guarda, preservação e utilização dos acervos documentais sob sua responsabilidade.

A arquivologia surgiu no século XVI, com a produção de tratados e manuais. De acordo com a Wikipedia, duas obras consideradas pioneiras são do autor alemão Jacob Von Rammingen (1510-1585), impressas em 1571 e compoendo dois manuais: "*Von Registratur*" (O Registrador)⁹. Esta obra fez com que a Arquivologia continuasse a ser estudada na Alemanha durante os dois séculos posteriores a sua publicação. Somente em 2010, estes dois volumes de Rammingen ganharam tradução de JBLD Strömberg para a língua inglesa. Fonseca (2005, p. 31) diz que

Proliferaram, a partir do século XVI, tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras, para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, incluindo aspectos sobre sua legitimidade, procedência e características. Entre essas obras, podem ser citadas como exemplos as regras práticas contidas na Instrucción para el gobierno del archivo de Simancas, de 1588; a profissão de fé, *De archivis liber singularis, eiusdem praelectiones et civilium institutionum epitome*, de autoria de Baldassare Bonifacio, publicada em 1632; e *De re diplomatica*, de Dom Jean Mabillon, publicada em 1681, considerada uma obra fundadora do campo, pois contém "os primeiros elementos da doutrina arquivística".

⁹ *Von Registratur*" (O Registrador): estes dois manuais indicam os métodos de ordenação e também o da conservação, estabelecendo assim um marco do arquivamento alemão e, ao mesmo tempo, o enraizamento do conceito de arquivo como um arsenal de poder. Para que sua lição não fosse perdida, von Rammingen também fundou uma escola para que seu método continuasse a ser seguido. (tradução livre). Disponível em: https://it.wikipedia.org/wiki/Jakob_von_Rammingen.

Nos séculos seguintes, sua característica de interdisciplinaridade esteve ligada à História, à Administração, à Diplomática e ao Direito. Assim como a Diplomática, a Arquivologia evoluiu se adaptando a novas realidades. De acordo com Schmidt (2012), a Arquivologia se divide em três períodos: clássica, voltada aos documentos históricos; moderna, voltada aos documentos administrativos; e contemporânea, voltada para a gestão documental. Nas duas últimas décadas do século XX e já no século XXI, a Arquivologia adapta-se à revolução tecnológica e torna-se uma ciência da informação. Segundo Santos,

No desenvolver do século XX, no âmbito internacional, aparece a concepção da Arquivologia como ciência administrativa, ao mesmo tempo que histórica. Cresce a preocupação com a eficiência dos serviços arquivísticos, com a conservação e classificação dos arquivos. (SANTOS, 2016, p. 8)

Tomassem (2006) destaca o que diferencia a Arquivologia de outras ciências da informação. De acordo com o autor,

A Arquivologia é diferente de outras ciências por seus objetos, seus objetivos e suas metodologias. Seus objetos são: informação relacionada a processos, os processos através dos quais esta informação é gerada e estruturada e as circunstâncias sob as quais estes processos são moldados e executados. Seus objetivos são a análise de documentos como produtos e produtores de atividades sociais, e, a um nível pragmático, o estabelecimento, desenvolvimento e conservação da qualidade de documentos e arquivos (disponibilidade, legibilidade, integridade, relevância, representatividade, temática, autenticidade e confiabilidade). Sua metodologia é usar processos de trabalho como estruturas representativas para análise de documentos, e, no nível solicitado, estabelecendo, desenvolvendo e mantendo os vínculos entre informação e documentos, documentos e outros documentos, documentos e processos de trabalho e processos de trabalho e seu ambiente social. A Arquivologia melhora nosso entendimento dos aspectos documentais da interação humana, ajuda os documentos a desempenhar seu papel nesta interação, traz, avalia e ajuda a manter a ligação entre documentos e processos de trabalho, fornecendo as bases para o estabelecimento dos requisitos funcionais para sistemas de conservação, manutenção e uso de arquivos e documentos, além da fundamentação para uma política de avaliação, controle e recuperação de documentos eficiente e efetiva. (TOMASSEM, 2006, p. 13/14).

A Arquivologia, enquanto ciência, tem seus princípios, técnicas e normalizações. Isso possibilita ao pesquisador um vasto campo de pesquisa voltada ao seu objeto de estudo: o Documento Arquivístico.

2.2 ARQUIVO E CONCEITO DE DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

Arquivo, enquanto instituição/setor, é um órgão receptor (recolhe naturalmente os documentos produzidos pela administração pública, privada a qual serve). Focaremos no termo arquivo: conjunto de documentos arquivísticos.

Entende-se por documento arquivístico toda informação que é produzida de uma forma natural, independente de suporte, originado de uma atividade. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) traz um conjunto precioso de conceitos utilizados na área. Um conceito relevante a esta pesquisa é o de Documento como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73). Ademais estes arquivos podem ser classificados como: institucionais, comerciais e pessoais.

Para Schellenberg, o termo “arquivos” (documento arquivístico) pode ser definido como

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, um arquivo de custódia permanente. (SCHELLENBERG, 2006, p. 41),

Já Bellotto traz a seguinte abordagem,

Os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justifiquem sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo, de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTTO. 2006, p. 37).

O Manual de Gestão Documental do (ICMBio, 2010, p. 8) traz o conceito de Documento como “toda informação registrada em um suporte material, suscetível de consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar” (ICMBio, 2010, p. 8). Já Sousa define que “O documento arquivístico é um artefato humano com pressupostos e características específicas. O ambiente e o conteúdo são delimitados e definidos pelo sujeito acumulador, que pode ser pessoa jurídica ou física”. (SOUSA, 2013, p. 113).

O documento arquivístico possui características que o diferencia dos demais documentos. De acordo Duranti , o documento arquivístico caracteriza-se quanto:

- a) à imparcialidade, ou seja, o documento, a priori, não sofre alterações quanto ao seu conteúdo, permanecendo inerentemente verdadeiros, aonde as razões e circunstâncias de sua produção validam o seu caráter de prova e fidedignidade aos fatos e ações;
- b) à naturalidade, pois são resultantes de uma atividade organizacional e produzidos nessas circunstâncias, a partir do decurso dos atos e ações da administração;
- c) à autenticidade, evidenciando que sua produção, manutenção e custódia estão de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados;
- d) ao inter-relacionamento, aonde cada documento se relaciona com um ou vários outros, seguindo o transcurso natural do desenvolvimento de uma determinada atividade organizacional, não sendo possível testemunhar de forma completa os atos e ações que o geraram sem essa relação. (1994 apud SILVA,W., 2016, p. 59)

A concepção do documento arquivístico tem diversas abordagens por autores da área arquivística, mas a essência é a mesma: documento arquivístico é toda informação registrada, independente de suporte, com potencial valor histórico, administrativo e probatório. De acordo com a natureza institucional do produtor, os arquivos podem ser classificados como públicos ou privados. Neste trabalho, procuraremos focar nas psicografias como documentos pertencentes aos arquivos privados de centros espíritas.

2.3 ARQUIVOS PRIVADOS

A Lei nº 8.1579/91, em seu Art. 11, trata de arquivos privados como: “conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”; e, no Art. 12, “os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”. Schellenberg destaca que

Toda vez que os documentos escritos, embora classificados como manuscritos históricos, forem criados em consequência de uma atividade organizada, como por exemplo os de uma igreja, de uma firma, ou mesmo de um indivíduo, **poderão ser considerados arquivos**. Daí a designação de “arquivos religiosos”, “arquivos econômicos”, “arquivos privados”. Além disso, quando os manuscritos históricos constituírem parte integrante da documentação de uma atividade organizada, podem também ser considerados arquivos, como é o caso de cartas de amor que constituem prova em causa do divórcio. (SCHELLENBERG, 2006, p. 45, grifo nosso)

O Dicionário Brasileiro de terminologia Arquivística define arquivo privado como, “entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (ARQUIVO Nacional, 2005, p. 35). Ademais arquivos podem ser classificados como: institucionais, comerciais e pessoais.

Também pode-se afirmar que os arquivos privados possuem o potencial de serem de valor científico e cultural, como Vitoriano destaca:

A existência de arquivos em âmbito privado é referenciada desde a Antiguidade pela literatura especializada. Documentos das primeiras civilizações a utilizarem a escrita para registro de transações comerciais e patrimoniais fazem referência sobre a existência de documentos que garantiam direitos e controlavam ações no âmbito privado.(VITORIANO, 2016, p. 9)

Em relação ao documento arquivístico, Bellotto (2010) argumenta que,

O documento de arquivo tem a sua gênese dentro de um processo natural, surgindo como produto ou como reflexo das atividades do produtor, materializando atos (princípio da proveniência). Ele tem as qualidades de exclusividade (princípio da unicidade), da inter-relação (princípio da organicidade), da indivisibilidade (princípio da integridade arquivística), da constância (já que garante a conservação dos dados e da comunicação). Todos os documentos de arquivo são eivados dessas qualidades, sejam eles de que categoria e natureza forem, desde a gênese à função e ao uso.. (BELLOTTO, 2010, pág. 172/173)

Cabe destacar que há poucos estudos arquivísticos referentes aos arquivos privados. Além disso, não há estudo que faça referências à psicografia como documento arquivístico que compõem o acervo de entidades espíritas.

2.4 EVOLUÇÃO DA DIPLOMÁTICA

A Diplomática surgiu no século XVII, em decorrência da necessidade de comprovar a autenticidade dos documentos, como ciência buscava autenticar documentos considerados arquivísticos legais. No decorrer dos séculos seguintes se desenvolveu e incorporou novas metodologias, se adaptando às necessidades que os documentos modernos apresentavam para ser identificados. É dividida em 3 fases metodológicas: Diplomática clássica, moderna e contemporânea.

Delmas traz o seguinte conceito sobre Diplomática:

[...] A Diplomática é a ciência que estuda os documentos de arquivo propriamente ditos, em sua condição de documentos a partir de sua elaboração, sua forma e sua transmissão, para julgar sua autenticidade e considerar seu valor de testemunho e de informação. **O documento em si, isto é, não o seu conteúdo**, mas o que nós não olhamos nem buscamos ao consultar um documento. Portanto, o documento como documento. (DELMAS, 2015, p. 33, grifo nosso)

De acordo com Rondinelli, “a distinção entre a Diplomática clássica e a moderna se faz ainda por meio dos conceitos de documento arquivístico e de Diplomática” (RONDINELLI, 2015, p. 115). Duranti (2009), no que diz respeito à Diplomática clássica, argumenta que

[...] Um documento arquivístico é um documento (isto é, informação afixada num suporte) que constitui a evidência escrita de um fato de natureza jurídica, compilado de acordo com determinadas formas, as quais visam dotá-lo plenamente de fê e crédito”. Por essa razão, a diplomática clássica estuda apenas documentos feitos para ter consequências legais, e por isso exigem formas documentais específicas, e é definida como o conhecimento de regras formais que se aplicam a documentos arquivísticos legais.

Já para a Diplomática moderna

[...], um documento arquivístico é um documento criado (isto é, produzido ou recebido e retido para ação ou referência) no curso de uma atividade como instrumento e subproduto dessa atividade. Por essa razão a diplomática moderna se interessa por todos os documentos produzidos no curso de todo tipo de negócios. (2009 apud Rondinelli, 2016, p. 115)

Pelo o que foi exposto acima, podemos compreender que a Diplomática clássica analisava os documentos antigos de valor jurídico e moderna contemplava “ documentos de hoje, tanto os criados como os ainda a criar” (RONDINELLI, 2016, p. 115) . Tognoli aborda as novas metodologias adotadas da Diplomática contemporânea. De acordo com a autora,

[...] A Diplomática do documento contemporâneo não se limita mais ao estabelecimento das características de autenticidade e/ou falsidade documental, encontrando uma nova finalidade no campo dos estudos arquivísticos, ao propor a observação do contexto de criação dos documentos, a partir de uma análise da parte para o todo. [...] Para a Diplomática contemporânea, ao estudar a unidade arquivística elementar, o arquivista é capaz de compreendê-la em todo seu complexo, identificando as relações que ela mantém com os outros do mesmo fundo. O estudo dos caracteres jurídicos e formais do documento, analisados no contexto histórico-institucional no qual foi produzida a documentação, permite ao arquivista e ao diplomata uma aproximação particular ao estudo das instituições. (TOGNOLI, 2013, p. 113/114)

A Diplomática contemporânea ao ampliar seu campo de estudo ao documento arquivístico, focando na identificação voltada para definir a tipologia documental é aderida a na prática arquivística. Para Tognoli, “**O arquivista ou diplomata deverá ser capaz de**

identificar a forma que dará origem àquela espécie documental para, posteriormente, estudar os outros elementos, como o assunto, a vontade, a função, que adquirem relevância a partir de sua relação com a forma”. (TOGNOLI, pág,115, 2013, grifo nosso).

2.5 GESTÃO DOCUMENTAL

A gestão documental abrange o processo de organização e o tratamento de documentos arquivísticos, contemplando as três fases dos documentos: corrente, intermediário e permanente. De acordo com Moreno (2008), “A gestão desenvolve-se com a finalidade de estabelecer uma ordem, uma metodologia de trabalho, regida por uma lógica. Por meio da gestão, procura-se obter o máximo de resultados, aproveitando os recursos disponíveis!”. (MORENO, 2008, p. 89).

A ferramenta¹⁰ de gestão documental é contemplado na Lei Federal 8.159/91 que traz o seguinte texto, “Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. (LEI FEDERAL nº 8.159, 1991, Art, 3º)

De acordo com o DBTA gestão documental é, “Conjunto de procedimentos e operações técnicas cuja interação permite a eficiência e a eficácia na produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento e destinação documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 157). Podemos identificar cinco fases da gestão documental: a produção; a avaliação; o uso; a tramitação e a destinação.

Nesta pesquisa, focaremos na avaliação e destinação. Ambas as fases englobam os procedimentos de identificação (espécie), classificação (tipologia), arranjo e descrição dos documentos arquivísticos. Os procedimentos visam garantir o propósito principal da existência de um arquivo: a preservação do documento para o acesso para diferentes usos.

¹⁰ Ferramenta: A gestão documental ou gestão de documentos surge como uma ferramenta indispensável à otimização do uso das informações contidas nos mais variados suportes. (MORENO, 2008, P. 90)

2.6 IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL

A avaliação consiste em determinar valor aos documentos com a finalidade de estabelecer o prazo de guarda e a destinação final dos documentos (eliminação ou custódia permanente), de acordo com a tabela de temporalidade elaborada durante o processo de avaliação. A avaliação é a primeira etapa da gestão documental, através dela é possível identificar as espécies documentais produzidas e estabelecer a proveniência do documento e dar a destinação correta.

Para determinar a espécie e a classificar como tipo documental é necessário a identificação do documento no contexto de sua produção. Segundo Rodrigues (2011),

A identificação é um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista. Uma metodologia de pesquisa que se desenvolve, nos parâmetros do rigor científico, como tarefa preliminar e necessária às funções da classificação, avaliação, descrição e planejamento da produção documental. É uma fase de levantamento de dados que consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação. Neste sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental. (RODRIGUES, 2011, p. 118-119)

A identificação documental está alicerçada nos métodos da Diplomática contemporânea, na observação dos elementos intrínsecos e extrínsecos. Duranti (2015, p. 197, grifo nosso) salienta que

A forma de um documento revela e perpetua a função a que serve. Com base nessa observação, diplomatas antigos estabeleceram uma metodologia para analisar formas documentais que permitiram a compreensão de ações administrativas e as funções que as geraram. Essa metodologia baseou-se no entendimento de que, apesar das diferenças quanto à origem, procedência ou data, todos os documentos apresentam formas bastante semelhantes para possibilitar a concepção de uma forma documental típica, ideal, mais regular e completa, com o propósito de examinar todos os seus elementos. **Uma vez identificados os elementos dessa forma ideal e suas funções específicas, as variações e presença ou ausência nas formas documentais existentes irão revelar a função administrativa dos documentos que manifestam aquelas formas.**

Neste sentido, Rodrigues (2010) afirma que, “Hoje, o conceito do documento é mais amplo do que no passado, porque reflete a própria complexidade do seu ambiente de produção, e para analisá-lo é necessário compreendê-lo em sua essência e na lógica de funcionamento do órgão que o produziu”. **Justificando-se**, Rodrigues complementa: “Disto

decorre a necessidade de um parâmetro científico para identificá-lo, conhecimento que permite ao arquivista chegar à essência do documento, para denominá-lo e defini-lo como próprio de arquivo”. (RODRIGUES, 2010, p. 10).

Considerando esta nova perspectiva, a autora destaca a relevância da adoção da metodologia adotada pela diplomática contemporânea no processo de identificação. Segundo a autora,

A identificação, enquanto pesquisa realizada sobre os documentos de arquivo é efetuada com metodologia preconizada pela diplomática contemporânea, que confere ao trabalho arquivístico a dimensão da qualidade científica. O arquivista deve ser formado através da pesquisa, como maneira de estimulá-lo a pensar e intervir na realidade que se apresenta em seu ambiente profissional. (RODRIGUES, 2011, p. 125).

No entanto, Bellotto (2015, p. 278) apresenta algumas ressalvas:

Para identificar um documento, é preciso que o profissional se concentre “na gênese, na constituição interna, na transmissão e na relação dos documentos com seu criador e com seu próprio conteúdo”, só assim chegará à sua verdadeira natureza no dizer de Luciana Duranti (1995). Mas como conseguir essa identificação se, no caso dos documentos privados das espécies e dos tipos inusitados, pouco se poderá saber do contexto de produção e da aplicação?

Sobre esta nova perspectiva de identificação referente aos documentos, Delmas (2015, p. 38) argumenta que

Quanto aos novos documentos criados sem antecedentes pelo sistema técnico, vemos que, em geral, eles têm um nome que lhes é dado rapidamente na ocasião de sua aparição, onde ela ocorreu, para identificá-los em relação a outros documentos. Como no passado, é a técnica, o suporte ou a analogia que vão inspirar esse nome. Ele é fonte de grande diversidade e incompreensão até que a utilização de um nome ou de uma expressão se torne indispensável. A principal dificuldade é encontrar para esse nome provisório uma definição diplomática, científica, que indique sua natureza diplomática, da qual os arquivistas e pesquisadores precisam para realizar a avaliação ou a crítica dos documentos.

Nesse sentido, o autor destaca a relevância da identificação para poder nomear os documentos:

A dificuldade vem da **denominação dos documentos produzidos em novos suportes, em que, muitas vezes, é o processo técnico que dá o nome (fotografia, fita magnética)**. Nestes casos, é necessário precisar a técnica pela função: a **foto de identidade, a foto antropométrica**. Tomemos o caso do telegrama. Ele é definido pela técnica que garante sua função de informação rápida e tem uma estrutura que lhe foi imposta pela técnica do momento de sua aparição, definida pelo nome de estilo telegráfico. Deveríamos especificar, por exemplo, telegrama informativo, ordem telegráfica, resposta telegráfica, demanda telegráfica, ou, ainda,

telegrama codificado, telegrama ministerial? Assim, para ser científica, a definição diplomática de um documento contemporâneo não pode, na maior parte dos casos, limitar-se a uma única palavra. Ela precisará ser uma expressão que concilie o estatuto jurídico, a função e a ação – e, muitas vezes, a natureza do suporte. (DELMAS, 2015, p. 40, grifo nosso)

Para Rodriguez (2015), a identificação da espécie para denominar a tipologia não deve ser aleatória ou optar pela” opção fácil”: Segundo a autora

Sem dúvida, ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, a discussão em torno da atribuição de nomes a documentos de arquivo é uma árdua tarefa. Mais do que um simples exercício de criatividade, **a escolha do nome nunca deve ser aleatória (ao menos não deveria ser) ou pela opção “fácil”**. É, antes de tudo, fruto de um profundo processo reflexivo que coteja a evidenciação da lógica inerente ao documento e a incorporação da tradição em seu cerne – recuperando, indiretamente, o próprio ato e sua forma material. Assim, o desafio de atribuir nome exige diversos mecanismos e recursos intelectuais. (2015, p. 158/159, grifo nosso).

Neste sentido, Rodriguez (2015, p. 159) destaca alguns mecanismos – pautados na Arquivística – que podem orientar no processo de identificação:

Nomear: ato de dar nome pautando-se em critérios previamente estabelecidos, podendo ser amparado na legislação, em manuais, em padrões formulados, na história ou em qualquer outra base de apoio.

Reconhecer: processo vinculado à identificação documental. Por si só, apenas é possível reconhecer um documento e, imediatamente, o nome que lhe é conferido quando esse nome já está bem consolidado.

Denominar: implica em dar um nome designativo, envolvendo fixação e determinação. É uma espécie de chamamento, no sentido de confirmação da conexão estabelecida entre o objeto e a expressão que o designa. (RODRIGUEZ, 2015, p. 159)

A autora salienta a carência de estudo na área arquivística para a identificação de documentos não procedentes de funções administrativas:

[...] A situação se agrava mais ainda quando nos referimos a documentos em gênero não textual ou **documentos não oriundos de atividades administrativas**. Para documentos de determinadas áreas fins do conhecimento, como literatura, música, ciência e tecnologia – entre tantas outras –, **existe grande dificuldade no estabelecimento de tipos documentais de acordo com a Arquivologia. Resultado da carência de estudos na área**. (RODRIGUEZ, 2015, p. 166, grifo nosso)

Outro ponto relevante destacado por Rodriguez (2015) referente a identificação que é, definida como:

O trabalho de identificação documental costuma também esbarrar na polissemia dos termos utilizados[...] Tomemos o termo processo. Procedimento, ação, documento: vários sentidos para uma mesma palavra. [...]Nesse sentido, apesar de distintos, o documento processo representa a mesma intenção quando registrado em âmbito administrativo ou judicial.

De igual modo, é habitual se tomar o formato por espécie, ainda que este não o corresponda conceito seu nome tem tanta inserção cultural que, por força do costume, é empregado no nome do tipo documental. Isso ocorre de forma tão comum que os arquivos estão repletos de documentos denominados livros, cadernos, cartões, folhas – de ponto, de presença, de visita ou de qualquer que seja sua função. RODRIGUEZ, 2015, pág 166/167)

Corroborando com o que foi exposto por Rodriguez referente à polissemia, Camargo (2015,p. 24) argumenta: “se a polissemia de certas palavras pode nos confundir, no processo de dar nome aos documentos, é preciso estabelecer com bastante rigor as diferenças de uso dos termos iguais”.

Nesta perspectiva, Rodriguez (2015, p. 167/168, grifo nosso) destaca os aspectos a serem observados no procedimento de identificar as tipologias documentais:

[..] Para a identificação dos aspectos tipológicos, é necessário acompanhar uma sequência de procedimentos distinta – na qual deve ser estabelecida, **antes de qualquer coisa, a origem/proveniência do documento**. Em segundo lugar, torna-se **essencial vinculá-lo à competência e às funções da entidade acumuladora**, seguida pela associação entre a espécie em causa e o tipo documental. Da mesma forma, a identificação do conteúdo e da datação é fundamental.

A argumentação de Rodriguez (2015) demonstra que há necessidade de uniformidade na definição dos tipos documentais e, conseqüentemente, das séries documentais. No entendimento da autora, suporte não é espécie se referindo a livro, caderno, etc.

Bellotto (2015) oferece questionamentos pertinentes em relação à identificação documental em arquivos privados: “**Como identificar se não sabemos o nome? Como dar o nome se não sabemos a função? Como saber a função se não identificamos?**”. A autora indaga, “**Como descobrir a relação entre o documento que temos em mãos e o nome que poderemos conferir a ele e a seus semelhantes,"criando `` ou"descobrimo `` um tipo documental?**”. A autora ressalta que “a Diplomática não o prevê porque está voltada, fundamentalmente, para os documentos públicos, os documentos jurídicos e os documentos “de fé”. (BELLOTTO, 2015, pág 281/282, grifo nosso).

Para realizar a identificação de documentos não contemplados nos glossários e livros técnicos da área Arquivística, Bellotto (2015) sugere que

Proveniência, função, aparência, teor, última custódia– se identificados – poderiam nos ajudar a “criar” nomes para as espécies desconhecidas. Por que me refiro a espécies e não a tipos a serem criados a partir dessas premissas? Porque, realmente, o mais complexo é criar nomes para as espécies, uma vez que os tipos – resultando das espécies, mas sendo simplesmente suas modalidades – ficam bem “agasalhados” em denominações por mais *sui generis* que sejam; desde que a espécie a qual pertençam seja bem clara e de sólida definição.(2015, 2015, p. 183, grifo da autora)

Os acervos da/s Instituições Espíritas, em especial as federações, como é o caso da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS)¹¹, já possuem um tratamento documental de seu acervo, assim como o Centro de Cultura e Patrimônio do Espiritismo (CCDPE)¹², o Memorial Chico Xavier¹³, entre outros. Como são arquivadas as psicografias? é uma questão para pesquisas futuras.

Com o que foi exposto pelos diversos autores no tocante à identificação documental, evidencia-se a necessidade de identificar documentos que ainda não foram contemplados nas publicações técnicas da área. Para a identificação da psicografia enquanto espécie documental, podemos usar como referência as sugestões de Bellotto (2015) e os procedimentos apontados por Rodriguez (2015). São dados pertinentes para a identificação e que auxiliarão no processo de classificação e descrição

2.7 TIPOLOGIA DOCUMENTAL

A tipologia documental é a materialização da espécie documental de acordo com a atividade/função do documento. De acordo com o DBTA, pode ser compreendido como a

¹¹ A Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS, foi fundada em 17/02/1921, sendo uma sociedade civil, espírita, de caráter científico, filosófico, religioso, educacional, cultural e de ação social, sem fins lucrativos, resultante da união de sociedades civis, espíritas, do Estado, em cujo território situa seu âmbito de ação, tendo por finalidade a unificação, orientando, coordenando e dinamizando o Movimento Espírita do Estado. Disponível em: <[Quem somos | Fergs](#)>.

¹² O CCDPE – Centro de Cultura, Documentação e Pesquisa do Espiritismo é uma associação, que tem por finalidade: administrar, conservar, ampliar e disponibilizar o seu patrimônio cultural ao público; aglutinar o acervo documental e informatizado; estudar e pesquisar o Espiritismo; integrar o Espiritismo com outras áreas do conhecimento; ser uma fonte de informação e referência para estudos e pesquisas; prover estudos, cursos, simpósios, seminários, etc.; divulgar a cultura espírita através dos meios legais ao seu alcance; produzir e abrigar coleções e arquivos produzidos, acumulados ou publicados por pessoas, instituições espíritas e demais entidades, recebidos por custódia, doação, aquisição ou parcerias. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ccdpe.ecm>>.

¹³ Memorial Chico Xavier, é um espaço que visa promover a reflexão e valorização das relações humanas por meio da salvaguarda e comunicação dos valores universais de amor, respeito, diálogo e solidariedade, vivenciados na trajetória e no legado de Chico Xavier. O espaço possui o acervo de Chico Xavier. Disponível em: <[Memorial Chico Xavier | Minas Gerais](#)>.

“divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica de registro” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 163). Esta mesma definição está na NOBRADE.

A Arquivologia tem sua teoria e prática apoiadas por uma série de princípios que garantem sua eficácia e a diferenciam de outras ciências afins. Os princípios arquivísticos são a base tanto do saber quanto do fazer arquivístico. De acordo com Bellotto, “[...] a análise tipológica é fundamentalmente arquivística e, por isso, não pode prescindir do relembrar dos princípios arquivísticos fundamentais que regem a organização dos arquivos”. (BELLOTTO, 2012, p. 87/88) . A autora aponta os princípios fundamentais da Arquivologia:

Princípio da proveniência: fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. [...] Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados, nos arquivos, a outros de origem distinta.

Princípio da organicidade: [...] Organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.

Princípio da unicidade: não obstante sua forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função de seu contexto de produção.

Princípio da indivisibilidade ou integridade arquivologia: os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não-autorizada ou adição indevida. Esse princípio deriva do princípio da proveniência.

Princípio da cumulatividade: o arquivo é uma formação progressiva, natural e orgânica. É a sedimentação, de que fala Lodolini. (BELLOTTO, 2006, p. 88)

A identificação de espécies documentais está diretamente vinculada aos princípios da proveniência e da organicidade. Para Sousa, "a informação contida no documento é resultado da atividade que o produz, dessa forma, em primeiro momento essa informação, por mais abrangente que seja, é vinculada por essa atividade". (SOUSA, 2013, p. 110,).

Ao estabelecer esses vínculos entre órgão produtor – atividade – documento, podemos identificar a espécie documental que resulta na tipologia documental. Segundo Sousa (2013), “o elemento inicial da análise tipológica é a organização criadora do arquivo. A vantagem deste elemento inicial concentra-se no oferecimento de informações fundamentais para a avaliação, a descrição e a classificação de documentos arquivísticos”. Segundo o autor,

A tipologia documental é a prova da existência de uma função e de uma atividade. Dessa forma, é necessário chamar para o diálogo a Diplomática contemporânea, que, com seus métodos, permite a identificação dos documentos dentro das funções nas quais foram gerados e, ao mesmo tempo, a representação dessa própria função.

Sendo assim, ela cumpre um outro papel. **Ela permite verificar se todas as funções e as atividades foram identificadas no momento do estudo da individualidade da organização**, pois se existe uma tipologia documental que não pode ser encaixada em uma das cadeias detectadas, presume-se que houve uma falha na pesquisa anterior. (SOUSA, 2013, p. 154/155, grifo nosso)

Corroborando com Sousa (2013), Rodrigues (2010) declara que, “A identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da diplomática contemporânea, seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da arquivística” (RODRIGUES, 2010, p. 190). De acordo com a argumentação de ambos os autores, podemos destacar que a identificação documental utilizando a Diplomática contemporânea, observando os princípios arquivísticos que regem a organização dos arquivos, estabelecendo vínculos: órgão produtor – atividade – documento podemos identificar as tipologias documentais.

2.8 CLASSIFICAÇÃO/ARRANJO

A etapa da identificação precede a classificação, identificadas as tipologias documentais se constrói a classificação/arranjo. É na classificação que se estabelece o contexto onde são produzidos os documentos. Consiste em separar e agrupar documentos da mesma composição, de acordo com a estrutura do órgão produtor (órgão produtor, atividade/função). Para Camargo (2008), “a classificação arquivística privilegia o contexto, o que está fora do documento, já que o documento, por sua vez, é o correlato dessa atividade, seja ela processual ou eventual” (CAMARGO, 2008, p. 8). Conforme DBTA (2005, p. 49), O conceito de classificação é a

Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo; Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se lhes atribuir códigos;
Atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica. Também chamada classificação de segurança.(ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 49)

Para Bernardes (2008, p. 11),

A classificação possibilita a recuperação do contexto original de produção dos documentos, ou seja, a identificação da atividade que determinou a sua existência, bem como a padronização da denominação dos documentos, conferindo assim,

maior agilidade no acesso aos documentos e às informações neles registradas. A elaboração do Plano de Classificação passa por etapas que exigem estudos sobre a estrutura e o funcionamento do órgão ou entidade, além do comprometimento por parte dos envolvidos diretamente e indiretamente na execução do trabalho.

A classificação é a ação de nomear as tipologias documentais para agregar valor e dar a destinação aos documentos custodiados pelo órgão/pessoa produtora. Se os documentos são classificados como arquivísticos, eles irão para a guarda permanente. Caso contrário eles serão eliminados de acordo com a tabela de temporalidade, uma ferramenta desenvolvida no processo de classificação documental. A isto, deve-se a importância de saber identificar uma psicografia: um documento permanente que deve ser destinado ao arquivo permanente da instituição ou pessoa física que possui sua custódia.

2.9 DESCRIÇÃO DOCUMENTAL

De acordo com Bellotto (2006, p. 179), “o processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. O DBTA define a descrição como o conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa. (ARQUIVO NACIONAL, pág 67, 2005). Já a ISAAR (CPF) traz o conceito de descrição documental como,

Criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o contexto e sistemas de documentos que os produziram. Este termo também descreve os produtos desse processo.

A normalização da descrição é uma demanda, pois dela resulta a coerência do plano descritivo. Para realizar a descrição arquivística no Brasil utilizamos a Nobrade, ISAD(G) e a ISAAR (CPF). A ISAD(G) aborda que,

O objetivo da descrição arquivística é **identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos**. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. (ISAD(G), pág 11, 2000, grifo nosso)

Nesta norma, há 26 elementos de descrição dispostos em 7 áreas, mas somente 6 elementos são considerados essenciais para o intercâmbio internacional de informação descritiva: código de referência, título, produtor, data(s), dimensão da unidade de descrição e nível de descrição. A NOBRADE compreende 28 elementos de descrição dispostos em 8 áreas, mas somente 7 elementos são obrigatórios: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso.

Para realizar a descrição, é necessário que o documento seja identificado de acordo com a espécie que representa, a atividade que o gerou para denominar a tipologia e seu contexto dentro da instituição sua proveniência. Rodriguez explica que,

A unidade documental é uma unidade de sentido. É condicionada materialmente por seu contexto de produção e uso, sendo intelectualmente indivisível. A unidade documental simples, normalmente, é expressa por um único registro, enquanto que a composta constitui-se por meio da sequência de registros, traduzidos em itens documentais materialmente indivisíveis em torno de uma mesma atividade ou processo. [...] Nesse sentido, **unidade documental é termo arquivístico para documento de arquivo**, não como sinônimo, mas como uma qualidade que lhe é inerente. **Quando o termo é utilizado na descrição, possui o poder de representar o documento em si, equivalendo à menor unidade de descrição.** E justamente é nessa função que **a denominação adotada para o documento deve ser cuidadosamente estudada e aplicada**, posto ser através dos instrumentos de acesso que o pesquisador define o rol de fontes a serem consultadas durante sua investigação. Desse modo, **a denominação adotada para o documento pode funcionar como um filtro para o acesso.** (RODRIGUEZ, 2015, 176/177, grifo nosso)

No tocante ao tratamento documental, podemos concluir que a identificação documental é fundamental para o fazer arquivístico. Por esta técnica, é possível identificar as espécies documentais. A partir disso, pode-se nomear as tipologias documentais, realizar o plano de classificação/arranjo e a descrição arquivística de acordo com a normalização. Considerando que os objetivos de um arquivo passam pela preservação, pela conservação e pelo acesso do patrimônio documental sob sua custódia, o documento para ser arquivístico tem que ser identificado corretamente para ser visto na qualidade de arquivístico.

3 A DOUTRINA ESPÍRITA - ESPIRITISMO

A Doutrina Espírita¹⁴ surgiu na França no século XIX, com a publicação de "O Livro dos Espíritos", em 18 de abril de 1857. A temática desta obra ilustra os princípios da Doutrina Espírita, assim como elucida questões relativas à imortalidade da alma, à natureza dos espíritos e suas relações com os homens, às leis morais, à vida presente e futura e ao destino da humanidade. A obra é formada por perguntas que o autor supostamente fez aos espíritos e está nos alicerces da Doutrina Espírita.

- a) Em 1858, Kardec fundou a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas e iniciou a edição da Revista Espírita (1858-1869). A revista funcionava como uma espécie de tribuna livre na qual se discutia as reações dos homens e as impressões dos espíritos acerca de determinados assuntos ainda hipotéticos ou mal compreendidos, utilizando o critério da concordância e da universalidade dos ensinamentos dos espíritos. Vários desses textos fazem partes dos livros organizados por Kardec.
- b) Em 1859, ele publicou o livro "O Que é o Espiritismo" que trata de uma forma resumida algumas das questões fundamentais endereçadas para o leitor que está iniciando os estudos ,
- c) Em 1861 o "O Livro dos Médiuns" que trata sobre, o ensino especial dos Espíritos sobre a teoria de todos os gêneros de manifestações, os meios de comunicação com o mundo invisível, o desenvolvimento da mediunidade, as dificuldades e os tropeços que se podem encontrar na prática do Espiritismo dando sequência ao Livro dos Espíritos,
- d) Em 1862 "Viagem Espírita em 1862" que trata de uma viagem realizada por Kardec em 1862 com intuito de comemorar os 5 anos do espiritismo e divulgar a doutrina,

¹⁴ De acordo com Kardec (2011), a Doutrina Espírita nasceu científica e filosófica na França. A ciência espírita compreende duas partes: uma experimental – sobre as manifestações em geral – e uma filosófica, sobre as manifestações inteligentes. Ao aportar em solo brasileiro, ganhou status de religião. Del Priore (2014) diz que, de fato, o espiritismo sofreu interferências do catolicismo popular e das religiões afro-brasileiras, resultando no que muitos especialistas chamam de "espiritismo à brasileira".

- e) Em 1864 “O Evangelho Segundo o Espiritismo” que trata de, as explicações das máximas morais do Cristo, sua concordância com o espiritismo e sua aplicação nas diversas situações da vida ,
- f) Em 1865 “O Céu e o Inferno” que trata de, o exame comparado das doutrinas sobre a passagem da vida corporal à vida espiritual, as penas e as recompensas futuras, os anjos e os demônios, as penas eternas, etc., seguido de inúmeros exemplos sobre a situação real da alma durante e após a morte,
- g) Em 1868 “A Gênese” que trata, a Doutrina Espírita é o resultado do ensino coletivo e concordante dos espíritos. A concepção de Ciência é chamada a constituir a Gênese segundo as leis da Natureza. Deus prova sua grandeza e seu poder pela imutabilidade de suas leis, e não pela sua suspensão. Para Deus, o passado e o futuro são o presente.. Sendo estas as principais obras da fundamentação teórica espírita.

Kardec (2011) buscou diferenciar a doutrina que estava fundando dos demais espiritualismos difundidos no Ocidente e expressou-se assim no O Livro dos Espíritos, em sua introdução:

Para coisas novas, palavras novas são necessárias, assim o requer a clareza da linguagem, para evitar a confusão inseparável do sentido múltiplo dos mesmos termos. As palavras espiritual, espiritualista, espiritualismo, possuem uma aceção bem definida; dar-lhes uma nova para aplicá-las à Doutrina dos Espíritos, seria multiplicar as causas já tão numerosas de anfibologia. Com efeito, o espiritualismo é o oposto do materialismo; quem quer que acredite possuir em si outra coisa além da matéria é espiritualista; mas daí não se conclui que creia na existência dos Espíritos ou em suas comunicações com o mundo visível. Em lugar das palavras ESPIRITUAL, ESPIRITUALISMO, empregamos, para designar essa última crença, -as de espírita e de espiritismo cuja forma lembra a origem e o sentido radical, e que por isso mesmo têm a vantagem de ser perfeitamente inteligíveis, reservando à palavra espiritualismo sua aceção própria. Diremos, portanto, que **a Doutrina Espírita ou o Espiritismo tem por princípio as relações do mundo material com os Espíritos ou seres do mundo invisível**. Os adeptos do Espiritismo serão os espíritas, ou, se quiserem, os espiritistas. Como especialidade, O Livro dos Espíritos contém a Doutrina Espírita; como generalidade, ele se prende à Doutrina Espiritualista da qual apresenta uma das fases. Esta é a razão pela qual ele traz no topo de seu título as palavras: Filosofia Espiritualista. (KARDEC, 2011, p. 19, grifo nosso)

Kardec (2010, p. 12-13, grifo nosso) salienta que

O Espiritismo é, ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma doutrina filosófica. Como ciência prática, ele consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os espíritos; como filosofia, compreende todas as consequências morais que decorrem dessas mesmas relações. Podemos defini-lo assim: “O

Espiritismo é uma ciência que trata da natureza, origem e destino dos Espíritos, bem como de suas relações com o mundo corporal.

Doyle (2008, p. 28), na obra *“História do Espiritismo”*, argumenta que “é impossível fixar uma data para as primeiras manifestações de uma força inteligente exterior, de maior ou menor elevação, influenciando nas relações humanas”. Em sua obra, o autor prefere começar a sua narrativa pelo vidente sueco Swedenborg¹⁵, que, na perspectiva dele, possui bons títulos para ser considerado o pai do nosso novo conhecimento dos fenômenos supra-normais. O autor, neste livro, analisa toda a fenomenologia mediúmica em ordem crescente. Doyle (2008) explora outros personagens como: Edward Irving¹⁶, Andrew Jackson Davi¹⁷, Irmãs Fox¹⁸. Ele também aborda as manifestações nos Estados Unidos, na Europa e outras personagens de relevância. O autor explica que, na França, esses fenômenos supranormais através de Kardec passaram a ser denominados Espiritismo (Doutrina Espírita). Neste sentido, para Doyle (2008, p. 75), “Kardec conduziu as suas investigações comunicando-se com Inteligências por meio de perguntas e respostas, assim obtendo o material para os seus livros”.

Observando os dois aspectos da Doutrina Espírita, podemos ressaltar pontos importantes:

- a) A doutrina espírita crê na essência de Deus que é eterno, imutável, imaterial, único, todo-poderoso, soberanamente justo e bom, é o criador do universo que compreende todos os seres animados e inanimados; materiais e imateriais;
- b) A doutrina crê na influência do mundo invisível(espíritos) e suas relações com o mundo visível(vivos); na imortalidade da alma; na reencarnação sempre na espécie humana, entre outros;

¹⁵ Emanuel Von Swedenborg (1678 - 1772), sueco, foi um polímata e espiritualista, com destacada atividade como cientista, inventor, místico e filósofo. Desenhou uma "máquina de voar", fundou a primeira revista científica da Suécia, publicou obras em campos tão diversos como a geologia, a biologia, a astronomia e a psicologia, e deu origem a uma nova religião, o swinderborgianismo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Emanuel_Swedenborg.

¹⁶ Edward Irving (1792 – 1834) foi um ministro religioso, escocês e pai do movimento restauracionista que leva o seu nome. Disponível em: [Edward Irving – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#).

¹⁷ Andrew Jackson Davi (1826 – 1910) foi um clarividente norte-americano, autor de *The Principles of Nature, Her Divine Revelations and a Voice to Mankind*, dentre outros livros. Disponível em: [Andrew Jackson Davis – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#).

¹⁸ As Irmãs Fox foram três mulheres que, nos Estados Unidos da América tiveram um importante papel na gênese do Moderno Espiritualismo Ocidental. Elas eram Katherine "Kate" Fox (1837 – 189), Leah Fox (1814 – 1890) e Margaret "Maggie" Fox (1833 – 1893). Elas fizeram sucesso por muitos anos como médiuns que diziam possibilitar espíritos a se manifestarem por batidas (tiptologia). Disponível em: [Irmãs Fox – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#).

Pela proposta de Kardec, o espiritismo é uma doutrina espiritualista. Ela está fundamentada na existência dos espíritos e suas relações com o mundo material, repudia todo efeito dito maravilhoso ou sobrenatural e considera que os efeitos físicos e morais são leis naturais que auxiliam a evolução humana.

3.1 PSICOGRAFIA

A origem do termo “psicografia” encontra explicação na Doutrina Espírita, sendo a técnica utilizada pelos médiuns para receber mensagens do mundo espiritual, colocando estas no mundo físico por meio de textos escritos. Tais textos são denominados psicografias, ou de acordo com conhecimento popular, cartas psicografadas.

O termo psicografia é abordado especificamente na obra “O livro dos Médiuns”, organizado por Allan Kardec. Ao denominar este fenômeno como psicografia, Kardec (2010, p. 184) elucida que “o Espiritismo, tomando as proporções de uma ciência, torna-se-lhe necessária uma linguagem científica”. De acordo com Kardec (1999, p. 30-31, grifo nosso)

PSICOGRAFIA – do gr. psuké, borboleta, alma e grapho, eu escrevo. **Transmissão do pensamento dos Espíritos por meio da escrita pela mão de um médium. No médium escrevente a mão é o instrumento, mas a sua alma ou Espírito nele encarnado é o intermediário ou intérprete do Espírito estranho que se comunica.** Na pneumatografia é o próprio Espírito estranho quem escreve sem intermediário. (Vide Pneumatografia). Psicografia imediata, ou direta, é quando o próprio médium escreve, tomando do lápis como para escrever normalmente. Psicografia mediata, ou indireta, é quando o lápis é adaptado a um objeto qualquer, que serve, de certo modo, como um apêndice da mão, tal como uma cesta, uma prancheta, etc.

Inicialmente, as psicografias eram obtidas através de instrumentos adaptados. Por exemplo deste tipo de instrumento é a prancheta Kardec (2010, p. 82) explica no item 154 do LM que

Várias outras disposições têm sido imaginadas para atingir o mesmo resultado. A mais cômoda é a que chamaremos de cesta de bico e que consiste em adaptar-se sobre a cesta uma haste de madeira inclinada, fazendo-a prolongar-se de dez a quinze centímetros para o lado de fora, na posição do mastro do gurupés de uma embarcação. Através de um buraco feito na ponta desta haste, ou bico, passa-se um lápis, bem comprido, para que a ponta repouse sobre o papel. Colocando o médium os dedos nas bordas da cesta, todo o aparelho se agita e o lápis escreve, [...] com esta diferença, de que a escrita é, em geral, mais legível, as palavras separadas e as linhas não são mais em espiral, mas se seguem como na escrita comum, podendo o

médium facilmente conduzir o lápis de uma linha a outra. Obtêm-se, assim, dissertações de várias páginas, tão rapidamente, como se se escrevesse com a mão.

A figura 1, a seguir, é um exemplo de escrita indireta utilizando uma prancheta:

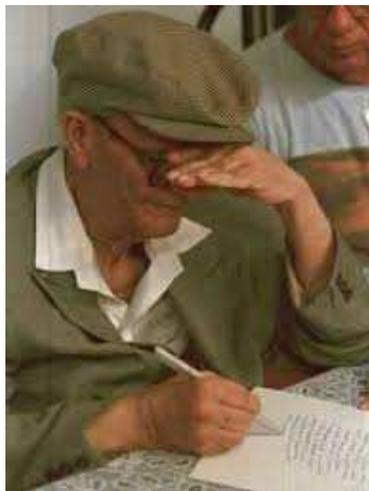
Figura 1 – Prancheta escrita indireta



Fonte: (tvmundomaior.com.br/saiba-mais-sobre-a- psicografia-indireta-e-direta)

O fenômeno descrito anteriormente é denominado escrita indireta. Ele quase sempre necessita de duas ou mais pessoas para operar esses instrumentos, mas somente um é necessário ser médium. O fenômeno oposto à escrita indireta é a escrita direta, no qual o médium escreve diretamente utilizando o lápis em sua mão. A figura 2 ilustra um exemplo de escrita direta:

Figura 2 - Psicografia escrita direta



Fonte: (Valter de Paula/Arquivo EM – 1/1/2001)

Podemos compreender que a psicografia é uma técnica escrita utilizada para a comunicação de um espírito com o plano físico, ou seja, uma comunicação entre os vivos (espíritos encarnados) e mortos (espíritos desencarnados), através de uma pessoa denominada como médium no processo de psicografia. Neste processo, um é o autor e o outro é o intermediário da mensagem.

A escrita é o meio mais simples e mais completo. Segundo Kardec (2010, p. 181), “a escrita, principalmente, tem a vantagem de demonstrar, de maneira mais material, a intervenção de um poder oculto e de deixar traços que se podem conservar”.

Observamos que diversos tipos de análises científicas são possíveis. Entretanto, o médium precisa ter a qualidade de médium escrevente ou psicógrafo. Para Kardec, os médiuns escreventes ou psicógrafos são divididos em três categorias: médium mecânico, médium intuitivo e o médium semi mecânico. Outro ponto importante se refere ao termo médium. Kardec (2010, p. 185, grifo nosso) elucida no item 159 do LM:

Qualquer pessoa que sinta, num grau qualquer, a influência dos Espíritos é, por isso mesmo, médium. Esta faculdade é inerente ao homem e, por conseguinte, não constitui privilégio exclusivo; assim, há poucas pessoas nas quais dela não se encontrem rudimentos. Pode-se, portanto, dizer que todo o mundo é, mais ou menos, médium. **Entretanto, usualmente, esta qualificação só se aplica àqueles nos quais a faculdade medianímica está nitidamente caracterizada e traduz-se por efeitos patentes de uma certa intensidade, o que depende, então, de uma organização, mais ou menos, sensitiva.** Deve-se notar, além disso, que esta faculdade não se revela, em todos, da mesma maneira; os médiuns possuem, geralmente, uma aptidão especial para esta ou aquela ordem de fenômenos, o que faz

com que formem tantas variedades, quantas espécies de manifestações. As principais são: os médiuns de efeitos físicos; os médiuns sensitivos ou impressionáveis; auditivos; falantes; videntes; sonâmbulos; curadores; pneumatógrafos; escreventes ou psicógrafos.

Para os adeptos da Doutrina Espírita, o médium é o indivíduo que possui a predisposição de interagir com os espíritos seja pela audição, visão, fala, escrita, entre outras modalidades. Neste trabalho, deteremos nossa atenção apenas nos psicógrafos.

Podemos observar as definições dos tipos de médiuns psicógrafos conforme Allan Kardec no quadro 1:

Quadro 1 - Tipos de Médiuns

<p>Médiuns Mecânicos</p>	<p>[...]Quando o Espírito atua, diretamente, sobre a mão, ele dá a esta uma impulsão completamente independente da vontade. Ela se desloca, sem interrupção e apesar do médium, enquanto o Espírito tem alguma coisa a dizer e para, quando ele termina. O que caracteriza o fenômeno, nesta circunstância, é o que o médium não possui a menor consciência do que escreve; a inconsciência absoluta, neste caso, constitui o que se chama de médiuns passivos ou mecânicos. Esta faculdade é preciosa por não permitir qualquer dúvida sobre a independência do pensamento daquele que escreve. (KARDEC, 2010, p. 201/202)</p>
<p>Médiuns Intuitivos</p>	<p>[...]O Espírito estranho, neste caso, não atua sobre a mão para fazê-la escrever; ele não a segura, não a guia; ele age sobre a alma com a qual identifica-se. A alma, sob esta impulsão, dirige a mão, e a mão dirige o lápis. Notemos, aqui, uma coisa importante, a saber: é que o Espírito estranho não se substitui, absolutamente, à alma, pois ele não poderia deslocá-la — ele a domina, contra a sua vontade, impondo-lhe a sua. Nesta circunstância, o papel da alma não é, absolutamente, passivo, é ela quem recebe o pensamento do Espírito estranho e que o transmite. Nesta situação, o médium tem a consciência do que escreve, embora não seja o seu próprio pensamento; ele é o que se chama de médium</p>

	intuitivo. [...] O papel do médium mecânico é o de uma máquina; o médium intuitivo age como o faria um porta-voz ou intérprete. (KARDEC, 2010. pág. 202/203)
Médium Semimecânicos	No médium puramente mecânico, o movimento da mão é independente da vontade; no médium intuitivo, o movimento é voluntário e facultativo. O médium semi mecânico participa de ambos: ele sente uma impulsão dada à sua mão, contra a sua vontade, mas, ao mesmo tempo, tem a consciência do que escreve, à medida que as palavras se formam. No primeiro, o pensamento segue-se ao ato da escrita; no segundo, ele o precede; no terceiro, ele o acompanha. Estes últimos médiuns são os mais numerosos. (KARDEC, 2010, p. 203).

Fonte: Organizado por Claudia D. O. de Almeida – Adaptação do LM (KARDEC, 2010, p. 201-203).

Normalmente, a psicografia é realizada em centros espíritas, em uma atividade que é denominada sessão mediúnica ou de intercâmbio mediúnico. No entanto, há médiuns de diferentes doutrinas espiritualistas que realizam as sessões mediúnicas de acordo com os princípios da instituição a qual pertencem. Há também a possibilidade de psicografar em casa de acordo com o objetivo do médium.

3.2 ESPIRITISMO NO BRASIL – INSTITUIÇÕES ESPÍRITAS

Em termos globais, o Espiritismo é considerado a 8ª maior religião do mundo com cerca de 13 milhões de adeptos. Segundo dados do IBGE em 2010, o Brasil possuía mais de 3.8 milhões de adeptos, sendo a terceira “religião” com mais adeptos no país.

No dia primeiro de abril de 1858, Allan Kardec fundou a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas, considerada como o primeiro Centro Espírita do mundo. O primeiro Centro Espírita fundado no Brasil oficialmente foi o Grupo Familiar de Espiritismo em 17 de setembro de 1865, por Luiz Olímpio Telles de Menezes em Salvador, Bahia. Podemos considerar ambos os marcos expostos como sendo as primeiras instituições espíritas fundadas uma em território francês e brasileiro, respectivamente.

A Federação Espírita Brasileira (FEB) foi fundada em 2 de janeiro de 1884, no Rio de Janeiro. Em 1949, o Conselho Federativo Nacional (CFN) é criado, junto à FEB, com o objetivo de promover e trabalhar pela união dos espíritas e pela unificação do Movimento Espírita. Com a criação deste conselho, para cada grupo de espíritas que desempenhava alguma atividade foi criada uma instituição com regulamentação jurídica formal foi criada para grupo de espíritas que desempenhava alguma atividade. Cada instituição está vinculada a uma federação estadual e cada federação está vinculada à FEB. De acordo com o site da FEB, as Instituições Espíritas compreendem:

- As Entidades Federativas, que desenvolvem as atividades de união das Instituições Espíritas e de unificação do Movimento Espírita;
- As Entidades Especializadas, que desenvolvem atividades espíritas específicas, tais como as de assistência e promoção social e as de divulgação doutrinária;
- Os Pequenos Grupos de Estudo do Espiritismo, fundamentalmente voltados para o estudo inicial da Doutrina Espírita.

De acordo com uma pesquisa realizada por Franzolin (2021), existiam 11.916 instituições espíritas no Brasil com CNPJs ativos em 2020. Cabe ressaltar que existem instituições espíritas não federadas, que optaram por criar seus próprios regimentos e diretrizes. Outro estudo realizado por Franzolin (2012) aponta que “há 1495 instituições sociais no Brasil, voltadas para a criança, jovens, gestantes, idosos, além de escolas, hospitais e instituições que atuam com a arte e a cultura”.

De acordo Franzolin (2017, p. 6) sua pesquisa apontou que

Existem 180 instituições no Brasil com atuação exclusiva para o livro espírita [no ano de 2017], o que demonstra a relevância desse canal de comunicação. Mais da metade dessas instituições (54%) desempenham suas atividades no estado de São Paulo. São editoras, distribuidoras, feiras e clubes de livros.

Neste contexto do livro espírita, é relevante destacar que a maioria das obras espíritas publicadas são escritos psicografados. O livro espírita é considerado um dos principais meios para a difusão da Doutrina Espírita.

3.3 RELIGIÃO E PENSAMENTO RELIGIOSO

Murakami e Campos (2012), ao analisarem produções científicas sobre o assunto a interface entre religião e cuidados em saúde mental, desenvolveram as seguintes proposições referente ao tema religião e religiosidade. Nas palavras dos autores:

A religião caracteriza-se, ao longo do tempo e do espaço, como extremamente variável, de um contexto cultural para outro, de um período histórico para outro [...]. Porém, existe uma formulação multidimensional que descreve a religião em vários aspectos, sendo ela considerada um conjunto de crenças, leis e ritos que visam um poder que o homem considera supremo, do qual se julga dependente, com o qual pode entrar em relação pessoal e do qual pode obter favores. De acordo com essa formulação, **as religiões são compostas por: uma doutrina, que representa um conjunto de crenças e mitos sobre a origem do cosmos, o sentido da vida, da morte, do sofrimento e do além; ritos e cerimônias, que empregam e atualizam símbolos religiosos; um sistema ético, com leis proibições e regras de conduta; e por último, uma comunidade de fiéis, com diferentes tipos de líderes e sacerdotes, que estão mais ou menos convencidos das crenças e que seguem os preceitos dessa religião.** (MURAKAMI e CAMPOS, 2012, p. 362, grifo nosso)

Os autores abordam a questão da espiritualidade trazendo a seguinte explicação:

Espiritualidade diferencia-se do conceito de religião, por ter significado mais amplo. A religião é uma expressão da espiritualidade, e espiritualidade é um sentimento pessoal, que estimula um interesse pelos outros e por si, um sentido de significado da vida capaz de fazer suportar sentimentos debilitantes de culpa, raiva e ansiedade. Religiosidade e espiritualidade estão relacionadas, mas não são sinônimos. Religiosidade envolve um sistema de culto e doutrina que é compartilhado por um grupo, e, portanto, tem características comportamentais, sociais, doutrinárias e valorais específicas, representando uma dimensão social e cultural da experiência humana. Espiritualidade está relacionada com o transcendente, com questões definitivas sobre o significado e propósito da vida, e com a concepção de que há mais na vida do que aquilo que pode ser visto ou plenamente entendido. (MURAKAMI e CAMPOS, 2012, p. 362)

Em relação a religiosidade, Murakami e Campos apontam que:

Alguns estudos demonstraram que existem dois tipos de religiosidade, a intrínseca e a extrínseca. Na religiosidade intrínseca o indivíduo realmente acredita e procura viver sua fé. Trata-se de uma religiosidade madura, saudável e boa, sendo o princípio motor de sua vida. Na extrínseca, a religião é um meio para atingir outros fins, como por exemplo, uma conversão com finalidade de casamento, ou por status, ou porque é boa para os negócios e está relacionada à intolerância e ao preconceito. (MURAKAMI e CAMPOS, 2012, p. 362)

Depois dos argumentos expostos pelos autores, podemos considerar que pensamento religioso é a convicção e dependência na existência do sagrado, na existência de um ser ou um conjunto de seres superiores a humanidade. Estes seres interferem no nosso dia a dia, diretamente nas nossas escolhas, nos ditando como proceder para alcançar aquilo que almejamos e nos alicerçando para sermos seres humanos mais benevolentes. A fé é algo inerente ao homem e ele a conduz de acordo com a doutrina religiosa ao qual adota. O *status* de ser religioso pode ser meramente artificial, visando um objetivo específico. Nesse sentido, podemos considerar que a Doutrina Espírita se aproxima no quesito espiritualidade e se distancia de um viés religioso.

O objetivo do que foi exposto neste tópico é para dar bases à discussão que será feita nos tópicos: Estado laico e A psicografia como documento probatório.

3.4 ESTADO LAICO

Um dos obstáculos que a psicografia enfrenta no âmbito do direito processual é sua ligação à religião, porque, no Brasil, o Espiritismo é considerado uma religião, como aponta o IBGE. O Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE aponta que a religião espírita possui 3,8 milhões de adeptos (2% da população).

Considerando o Brasil como um país laico, algo que advém da religião é visto com ressalvas. Assim, a psicografia ganha *status* de dogma religioso e seu contexto é visto com reservas. No entanto, de acordo com as ideias espíritas, a psicografia se encaixaria como patrimônio cultural de cunho doutrinário.

De acordo com Silva (2015), “um Estado é considerado laico quando promove oficialmente a separação entre Estado e religião”. A partir da ideia de laicidade, o Estado não permitiria a interferência de correntes religiosas em assuntos estatais, nem privilegiaria uma ou algumas religiões sobre as demais. O Estado laico deve tratar todos os seus cidadãos equitativamente, independentemente de sua opção religiosa.

O Estado também deve garantir e proteger a liberdade religiosa de cada cidadão, evitando que grupos religiosos exerçam interferência em questões políticas. Por outro lado, isso não significa dizer que o Estado é ateu, ou agnóstico. A descrença religiosa é tratada da mesma forma que os diversos tipos de crença:

O laicismo é uma doutrina que defende que a religião não deve ter influência nos assuntos de Estado. Essa ideia foi responsável pela separação moderna entre a Igreja e o Estado e ganhou força com a Revolução Francesa (1789-1799). Portanto, podemos dizer que o Estado laico nasce com a Revolução Francesa e que a França é a mãe do laicismo. (SILVA, 2015)

No Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), o país é laico. A Constituição Federal afirma no artigo 19, inciso I:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.” (BRASIL, 1988)

A CF em seu artigo 5º, inciso VI, estabelece que: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;”

Em concordância com o artigo 5º, a liberdade religiosa está assegurada na vida privada, desde que devidamente separada do Estado. A psicografia como documento probatório no direito processual gera reflexões no âmbito do direito já que no Brasil é considerada um dogma religioso. Diante do exposto, cabe ressaltar que o casamento religioso tem efeito de casamento civil de acordo com o Capítulo VII, no segundo parágrafo do art. 226 da Constituição Federal. Ou seja, um rito religioso tem efeito civil de acordo com nossa constituição.

De acordo com a doutrina espírita, a psicografia é uma técnica que necessita de um agente denominado médium. Para que este possa receber a comunicação entre plano espiritual e físico, a psicografia é materializada pela escrita direta ou indireta do espírito comunicante independente do suporte e de tipos de gêneros textuais. A psicografia produz informação que não é propriedade ou produto de apenas de uma corrente filosófica. Para sua produção, é indispensável um médium psicógrafo, este podendo ou não estar inserido em uma doutrina, bem como podendo ter ciência ou não do fenômeno mediúnic.

Na próxima sessão, iremos apresentar o documento psicografado como documento arquivístico.

3.5 TIPOLOGIA TEXTUAL/GÊNEROS TEXTUAIS – PSICOGRAFIA

De acordo com Pilastre ([2010-?], p. 3), “por tipologia textual (ou tipo textual), entende-se uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (ou seja, os aspectos lexicais, morfológicos e sintáticos; os tempos verbais, as relações lógicas, o estilo)”. Os gêneros textuais de acordo com o autor são:

Os gêneros textuais não são semelhantes aos tipos textuais. Os tipos textuais são estruturas linguísticas prototípicas, as quais possuem estabilidade interna. Os gêneros textuais partem das tipologias e estão mais ligados a situações concretas de comunicação. Por exemplo: um relato de viagem é um gênero textual que parte da tipologia narrativa (e descritiva). O relato de viagem é um gênero porque está vinculado a uma situação concreta de comunicação, o relato de uma viagem. Outro gênero narrativo é a crônica. Cada gênero textual é identificado (e classificado) a partir de aspectos básicos, como assunto, finalidade, perfil dos participantes, estrutura, suporte e estilo (formal, informal, técnico etc.). (PILASTRE, [2010-?], p. 14)

As tipologias englobam seis tipos textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucional ou injuntivo e dialogal. Os gêneros textuais são mais abrangentes: biografia, bula de remédio, carta, carta do/ao leitor, conto, diário, editorial, e-mail, fábula, homilia, notícia, petição, entre outros.

A psicografia é um manuscrito textual e, com o advento da tecnologia, pode ser digitada. Um determinado tipo e gênero textual são caracterizados de acordo com o conteúdo informativo. As obras denominadas “literatura espírita”, em sua maioria, são constituídas por textos psicografados por médiuns dentro ou fora das Instituições Espíritas.

O médium com maior notoriedade no Brasil foi Chico Xavier¹⁹ (1910-2002). O acervo psicografado por Xavier é composto por cartas, poemas, trovas, romances históricos, contos, apóstolos, instruções doutrinárias e revelações científicas. De acordo com Silva (2012, p. 22), “as cartas do médium mineiro ganharam destaques na imprensa nas décadas de 1970 e 1980, quando foram levadas aos tribunais, em quatro casos de repercussão internacional, aparentemente os únicos na história da justiça”.

¹⁹ Francisco Cândido Xavier (1910-2002), mineiro, médium brasileiro, é reconhecido como maior psicógrafo de todos os tempos. Foram mais de 400 obras psicografadas durante 71 anos ininterruptos de atividade mediúnica. Seus livros foram traduzidos para mais de 30 idiomas, cedendo os direitos autorais de todas as obras para instituições de caridade. Em 1980, seu nome foi indicado ao Nobel da Paz. Seu nome foi inserido no livro Heróis e Heroínas da Pátria, em 8 de setembro de 2021.

Silva (2016) realizou uma pesquisa de tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa, tendo por objeto a psicografia sob a perspectiva da semiótica²⁰. Segundo a autora, a tese

[...] Teve por objetivo investigar a prática da psicografia ou escrita mediúnica com base nos relatos de experiência de médiuns psicógrafos da cidade de Uberaba (MG). Sob a perspectiva da semiótica greimasiana e com base nas contribuições de Jacques Fontanille para o estudo das práticas semióticas. (SILVA, 2016, p. 9).

Diante desta realidade Silva (2016, p. 26) destaca que

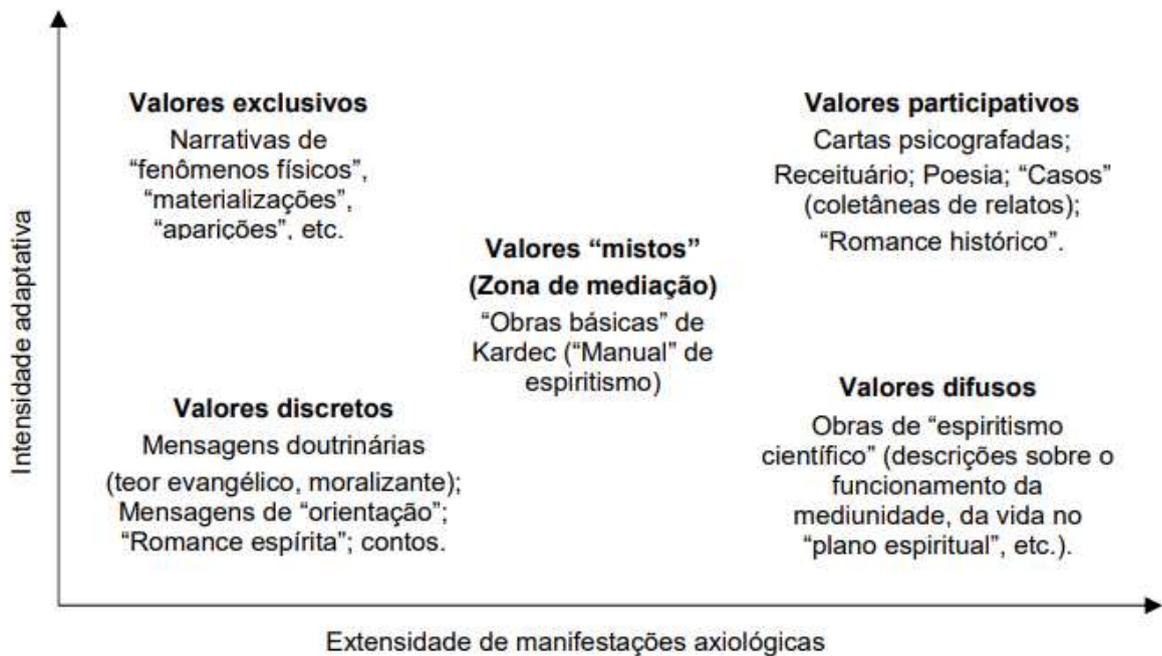
[...] Apresentamos o modelo de fontaniliano para o estudo e a descrição dos gêneros, concebidos como combinações entre “tipos” textuais e discursivos; e, por fim, enfocamos as especificidades do gênero “relato de experiência”, sua configuração e as implicações de se descrever uma prática a partir de relatos.

Conforme assinalado por Silva C.(2016), “para a determinação das tipologias discursivas que constituem a “literatura espírita” [...], na análise dos gêneros didáticos-, nos permite propor o seguinte esquema, que nos leva em conta os gêneros mais comuns da literatura espírita e suas formas de adaptação axiológica”(SILVA C., 2016, p. 97).

A figura 3 representa o esquema proposto por Silvia (2016) em relação aos gêneros da “literatura espírita”:

²⁰ A semiótica é a **ciência que estuda os signos**. Seu campo de estudo **abrange todas as linguagens** (verbais e não verbais). Disponível em: <[Semiótica: o que é, para que serve, origem, resumo - Brasil Escola \(uol.com.br\)](#)>.

Figura 3 – Esquema - Gêneros da “literatura espírita” e formas de adaptação axiológica



Fonte: (SILVA, C., et al., 2016,)

A partir do esquema apresentado acima, Silva (2016) elabora um quadro que denomina “subgêneros da prática da psicografia”. A figura 4 sintetiza a proposta de subgêneros da autora:

Figura 4 – subgêneros da prática psicográfica

Subgênero da prática	Gênero (textual + discursivo)	Processo(s)	Local (Público/Privado)	Grau / tipo de transe	Andamento da escrita	Presença de auxiliar	Grau de precisão das informações
Psicografia epistolar	Cartas Psicografadas	Persuadir Consolar	Público	Profundo a moderado / Semimecânico	Rápido	Sim	Alto
			Privado	Profundo a superficial / Semimecânico; Intuitivo	Médio a rápido	Não obrigatória	Médio
Psicografia de "Receituário"	Receituário mediúnico	Persuadir Orientar	Público	Profundo a moderado / Semimecânico	Rápido	Sim	Médio a alto
				Médio a leve / intuitivo	Médio a rápido	Não obrigatória	Médio
Psicografia de "orientação"	Mensagens de orientação	Orientar	Público/ Privado	Superficial a moderado / Intuitivo; semimecânico	Médio a rápido	Não obrigatória	Baixo
Psicografia "Doutrinária"	Mensagens doutrinárias/	Doutrinar	Público/ Privado	Superficial a moderado / Intuitivo; semimecânico	Médio	Não obrigatória	Baixo
Psicografia "Literária"	Romance espírita/ Contos	Doutrinar	Privado	Profundo a superficial	Médio a rápido	Não	Médio a baixo
	Poesia	Doutrinar	Público/ Privado	Profundo a superficial	Médio a rápido	Não obrigatória	Médio a baixo
Psicografia "Científica"	Estudos / Textos descritivos	Informar Doutrinar	Privado	Profundo a superficial	Médio a rápido	Não	Médio a baixo

Fonte: (SILVA, C., et al., 2016,)

Podemos extrair os seguintes gêneros textuais do quadro acima: carta, receituário, mensagem; romance; conto; poesia e textos. Esses gêneros textuais se tornam subgêneros quando acrescido o discurso proposto pelo autor da psicografia. Cabe ressaltar que o escopo de gêneros textuais psicografados apresentado é superior aos que foram descritos na pesquisa de Silva (2016).

4 METODOLOGIA

Para a metodologia deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica, visto que, de acordo com Koche (1997), “a pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres”. Em consonância com esta visão, optou-se pela utilização do termo psicografia, pois é o termo utilizado nas bibliografias pesquisadas. Sabe-se que seria mais adequado a utilização do termo documento psicografado no viés arquivístico.

Neste contexto, Koche (1997, p. 122) afirma que “na pesquisa bibliográfica, o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação”. Koche declara que

Pode-se utilizar a pesquisa bibliográfica com diferentes fins: a) para ampliar o grau de conhecimentos em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa; b) para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para a construção e fundamentação das hipóteses; c) para descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema. (KOCHE, 1997, p. 122)

Realizaram-se pesquisas bibliográficas *online* em diferentes plataformas, buscando pelos seguintes temas: Arquivologia, identificação documental, espécie documental, Doutrina Espírita, psicografia, gênero textual, a psicografia como documento probatório. Neste contexto, as pesquisas foram realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBICT); em sítios de repositórios acadêmicos institucionais; em livros de referência; sítios institucionais, artigos e revistas disponíveis na internet. Verificou-se a ausência de referência sobre a psicografia na literatura arquivística. A partir dos filtros utilizados nessas buscas, foram selecionados os materiais e utilizados na revisão de literatura.

Concomitante, foi realizada uma pesquisa quantitativa de caráter exploratório *online* na BDTD-IBICT e Repositórios Institucionais das Universidades no Brasil, buscando pelo termo “psicografia e psicografia/espiritismo” em “todos os campos”. A partir do resultado desta busca, foram selecionadas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, vista a

necessidade reunir dados e informações sobre o tema proposto nas áreas afins com a arquivologia para elaborar um quadro contendo os campos instituição, área, data da defesa, tipo de documento, título e autor em que o termo é abordado. (apêndice A).

Para embasar a necessidade da identificação da psicografia como espécie documental, foi realizada uma entrevista por e-mail com William Jerônimo Gontijo da Silva, autor da dissertação de mestrado pelo programa de pós-graduação em Patrimônio Cultural pela UFSM intitulada “A preservação do patrimônio documental arquivístico da Federação Espírita do Rio Grande do Sul”. A entrevista está no apêndice B. Realizou-se também uma proposta de padronização de um papel timbrado para a realização da psicografia em instituição espírita, contemplando o princípio da proveniência na Arquivologia e duas partes estabelecidas pela Diplomática: o texto e o protocolo final. (apêndice C).

Nesta pesquisa, percebe-se que há interdisciplinaridade da Arquivologia com suas ciências afins e do tema psicografia, ampliando assim a busca pelo conhecimento, utilizando fontes importantes dessas áreas. Evidencia-se que o estudo da psicografia é fundamental para a sua compreensão dentro de uma perspectiva na arquivologia.

5 PSICOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

Este capítulo abordará os atributos que podem ser utilizados para qualificar a psicografia enquanto espécie documental. Visa demonstrar que a psicografia é um documento arquivístico, que possui valor probatório no âmbito jurídico e possui elementos que a caracterizam como espécie documental.

5.2 A PSICOGRAFIA COMO DOCUMENTO PROBATÓRIO NO ESPAÇO JURÍDICO

A psicografia nos Tribunais teve grande repercussão por ter sido utilizada em 9 processos judiciais no Brasil. Entre as diversas fontes de informação existentes, tem-se a fonte jurídica, uma importante ferramenta para os juristas. Dentre essas fontes, a psicografia já foi utilizada nesses casos mencionados como uma prova judicial (documento probatório) e já possui jurisprudência referente a sua admissão.

Relacionando o fenômeno da psicografia com o judiciário, encontram-se trabalhos científicos – artigos, dissertações e livros – que versam sobre a psicografia como documento probatório no Direito. Neste contexto, há duas correntes referentes a essa discussão: uma favorável e uma contrária. Ambas as correntes buscam embasamento na doutrina para a admissão ou vedação da psicografia como fonte jurídica.

O caso mais notório da utilização da psicografia como prova documental foi protagonizado pelo médium Francisco Cândido Xavier (1910-2002). Em 1979, uma carta psicografada por Chico Xavier foi utilizada para inocentar José Divino Nunes, acusado do homicídio de Maurício Garcez Henrique, de 15 anos de idade. O juiz do caso aceitou a psicografia como documento probatório anexado aos autos, cujo resultado foi a absolvição do réu José Divino Nunes. Mais recentemente (2021), um dos advogados de defesa no julgamento da Tragédia da Boate Kiss apresentou a leitura de uma mensagem psicografada supostamente atribuída a uma das vítimas que perdeu a vida na tragédia

Para Didier e Braga (2013), “prova é um termo polissêmico. Em um sentido objetivo, a prova é o ato de provar por um determinado meio de prova (ex.: pericial, testemunhal, documental). Em sentido subjetivo, é o resultado que daí advém para o convencimento do juiz ou das partes”. (DIER e BRAGA, 2013, p. 193).

Segundo os autores, “O documento, por sua vez, é toda coisa que represente **objetivamente um fato por obra de atividade humana**, como uma carta, um DVD, uma fotografia, um e-mail” (DIDIER e BRAGA, 2013, p. 195, grifo nosso). Para eles, a psicografia é uma convicção religiosa e não poderia ser aceita como fonte de prova, por considerarem que a psicografia tem ineficácia probatória e a consideram ilícita.

De acordo com Silva M. (2020) ,

“Ao tratarmos de prova documental, defrontamo-nos com a chamada livre apreciação da prova por parte do Juízo, sendo admissíveis como prova diversos tipos de documentos, desde que pertinentes, relevantes e obtidos de forma lícita, isto é, admitidos pelo ordenamento jurídico”. (Silva M., 2020, p.7)

O autor enfatiza que “cumpre destacar que, como prova documental, existem diversas situações em que as autoridades se depararam com documentos nada usuais e que, nem por isso, vão deixar de ser documentos, aptos a documentar um fato histórico em um suporte material” (Silva M., 2020, p.7).

A utilização da psicografia como documento probatório baseou-se no texto do art. 232º do Código de Processo Penal de 1941. Este artigo disciplina que “consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares” (SENADO FEDERAL, 2020, p. 71). As cartas psicografadas poderiam ser incluídas, com base nessa definição, na classificação de “quaisquer documentos escritos”, sendo consideradas a partir deste momento como documentos em sentido amplo. A psicografia como documento probatório não é normatizada pelo ordenamento jurídico brasileiro, mas não é vedada.

Quando a psicografia é aceita como documento probatório no judiciário, uma perícia técnica denominada grafoscopia pode ser realizada. Este procedimento daria “credibilidade e autenticidade”. Perandréa (1991, p. 23), perito em grafoscopia, explica que “dois são, portanto, os objetivos da grafoscopia: exames para a verificação da autenticidade gráfica, exames para a verificação da autoria, aplicáveis para a determinação da autoria de grafismos naturais, grafismos disfarçados e grafismos imitados”.

As divergências são pertinentes ao mundo jurídico. Compreende-se que a psicografia é uma jurisprudência por ter sido aceita como documento probatório. No Brasil, nove casos já foram documentados na aceitação da psicografia em processos no judiciário. O quadro 3 traz em ordem cronológica os casos:

Quadro 2 - Casos em que a psicografia foi aceita com documento probatório

Vítima	Data do Crime	Município/ Estado	Réu	Sentença
Henrique Emanuel Gregoris	10 de fevereiro de 1976	Hidrolândia/Goiás	João Batista	Absolvido
Maurício Garcez Henrique	8 de maio de 1976	Goiânia - Goiás	José Divino Nunes	Absolvido
Gilberto Cuenca Dias	28 de outubro de 1979	Campos do Jordão - São Paulo	Benedito Martiniano Franca	Absolvido
Gleide Maria Dutra Marcondes Fernandes de Deus	01 de janeiro de 1980	Campo Grande - Grosso do Sul	José Francisco Marcondes Fernandes de Deus	Condenado a um ano de detenção
Heitor Cavalcanti de Alencar Furtado	22 de outubro de 1982	Mandaguari - Paraná	Aparecido Andrade Branco	Condenado a oito anos e vinte dias de detenção
Nilo Ney Furtado de Oliveira	1 de janeiro 1983	Gurupi - Tocantins	Nilo Roland Furtado de Oliveira	Absolvido
Paulo Roberto Pires	22 de abril de 1997	Ourinhos - São Paulo	Valdinei Aparecido Ferreira, Edmilson da Rocha Patrício Jair Roberto Félix e Milton dos Santos.	Milton dos Santos Absolvido
Ercy da Silva Cardoso	1 de julho de 2003	Viamão - Rio Grande do Sul	Iara Marques Barcelos - Leandro Rocha de Almeida	Iara Marques Absolvida – Leandro Rocha de Almeida condenado a

				15 anos de prisão
João Eurípedes Rosa	Crime 1992 - julgamento do dia 20 de março de 2014	Uberaba - Minas Gerais	Juarez Guide da Veiga	Absolvido

Fonte: organizado por Claudia D. O. de Almeida - Dados disponíveis em: **Admissão da Psicografia como meio de prova no Tribunal do Júri** - <salomaomandujr.jusbrasil.com.br>.

Outro ponto relevante a ser abordado é a PL nº 1.705, de 2007, do deputado Rodovalho. O PL visava alterar o art. 1º do CPP, especificamente o *caput* do art. 232 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para o seguinte texto:

Altera o *caput* do art. 232 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o *caput* do art. 232 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – **Código de Processo Penal, para dispor que documentos psicografados não terão valor probatório no âmbito do processo penal.**

Art. 2º O *caput* do art. 232 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 232. Consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares, exceto os resultantes de psicografia.

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A justificativa utilizada pelo deputado Rodovalho era que “[...] aceitar como prova um documento ditado ou sugerido por algum espírito desencarnado implica resolver uma questão de fé, diferenciando-se, pois, da análise de um dado concreto e passível de contestação”. Após todos os processos de tramitação a PL nº 1.705, de 2007, foi rejeitada em 14 de abril de 2009 e arquivada em 01 de fevereiro de 2011.

Tais discussões referentes à psicografia no âmbito do Direito fizeram surgir livros que versam sobre sua utilização como fonte de prova. O quadro 4 é resultado de uma pesquisa em livrarias digitais que apresentam divergências referentes à psicografia no campo do Direito:

Quadro 4 – Obras divergem sobre a psicografia no Direito

Obra	Autor	Editora	Ano
A Psicografia à Luz da Grafoscopia	Carlos Augusto Perandréa	Aliança	1991
Psicografia ante os tribunais	Miguel Timponi	Federação Espírita Brasileira	1999
Psicografia o Novo Olhar da Justiça	Nemer da Silva Ahmad	Aliança	2008
A Psicografia no Tribunal	Vladimir Polízio	Butterfly	2009
Psicografia Como Prova Jurídica	Ismar Estulano Garcia	AB	2010
Psicografia e Prova Judicial	Michele Ribeiro de Melo	LEXMAGISTER	2013
A Psicografia Como Meio de Prova - o Sobrenatural No Judiciário Brasileiro	Patricia Goncalves dos Santos Guedes	Lumen Juris	2013
A Prova Psicográfica no Direito Processual Brasileiro	Augusto Vinícius Fonseca e Silva	Lumen Juris	2017
A Carta Psicografada Como Meio de Prova	Tatiana Bonatti Peres	Chiado	2019

Fonte: organizado por Claudia D. O. de Almeida

Podemos concluir que há referências sobre a psicografia na área do Direito. Um questionamento que merece reflexão é referente ao arquivamento desses processos nos quais a psicografia foi aceita como documento probatório: Como a psicografia foi identificada no dossiê do processo arquivado? Questionamento relevante no contexto arquivístico.

Nesta pesquisa, percebe-se que há interdisciplinaridade da Arquivologia com suas ciências afins, neste caso o Direito, e as discussões referentes à psicografia como documento probatório, ampliando assim a busca pelo conhecimento, utilizando fontes importantes dessas

áreas. Evidencia-se que o estudo da psicografia é fundamental para a sua compreensão dentro de uma perspectiva na arquivologia.

5.3 PSICOGRAFIA IDENTIFICADA COMO ESPÉCIE DOCUMENTAL

Sob um olhar distanciado do fenômeno ao qual está submetida a produção da psicografia, podemos partir da necessidade da identificação desse documento como espécie documental. Corroborando com o que foi exposto nesta pesquisa, a psicografia é o produto de uma atividade dentro das Instituições Espíritas. Por esta razão, a identificação da psicografia enquanto espécie documental torna-se relevante.

Tendo como subsídio os estudos realizados referente ao tratamento arquivístico, especialmente relacionado à identificação documental, podemos classificar a psicografia como espécie documental de forma incipiente. Considerando-se que esse documento é produto de uma atividade dentro de uma instituição, é um documento arquivístico que necessita ser identificado de acordo com as teorias arquivísticas.

Atualmente, as psicografias são denominadas de diferentes formas como carta psicografada, romance mediúnico, romance psicografado, mensagem de orientação espiritual, entre outros. Para poder identificar a espécie e posteriormente nomear a tipo documental da psicografia, optamos por recorrer às áreas afins da arquivologia: Letras Português (Linguística) e a Diplomática Contemporânea/Tipologia Documental.

Em uma perspectiva na qual se utilizam as características da identificação documental e a identificação do gênero textual, elaboramos o quadro 2:

Quadro 3 – Elementos da classificação na Arquivologia e letras Português (Linguística)

Espécie documental	Tipologia documental	Tipos textuais	Gêneros textuais
Formato + texto	Espécie + Atividade	Estruturas linguísticas prototípicas	Assunto, finalidade, estrutura, suporte, estilo, perfil participante.

Atos normativos Ex: Alvará; Decretos; regimento, etc.	Alvará de soltura	Narrativo;	Romance, crônica, etc.
Atos enunciativos Ex: laudos, pareceres, relatórios, etc.	Relatório de estágio	Descritivo;	Biografia, diário, etc.
Atos de assentamento Ex: atas, termos, etc.	Ata de posse	Dissertativo - Argumentativo	Artigo, monografia, etc.
Atos comprobatórios Ex: atestado, certidões, etc.	Atestado médico	Expositivo	Seminário, palestra, etc.
Atos de ajuste; Ex: convênio, contrato, etc	Contrato de locação	Injuntivo – Instrucional	Bula, manual, regulamento, etc.
Atos de correspondências. Ex: avisos, editais, etc	Edital de concurso		

Fonte: organizado por Claudia D. O. de Almeida

A proposta desta pesquisa é a identificação da psicografia como espécie documental, para classificá-la como tipologia documental em um segundo momento, observando o gênero textual que está materializado na psicografia. Psicografia de romance, psicografia de crônica, psicografia de orientação e psicografia de poema exemplificam esta classificação.

As metodologias de identificação documental da Diplomática e da Arquivologia são distintas, mas, concomitantemente, se interligam. O quadro 3 traz essas interligações.

Quadro 5 - Identificação Diplomática - Identificação Tipológica

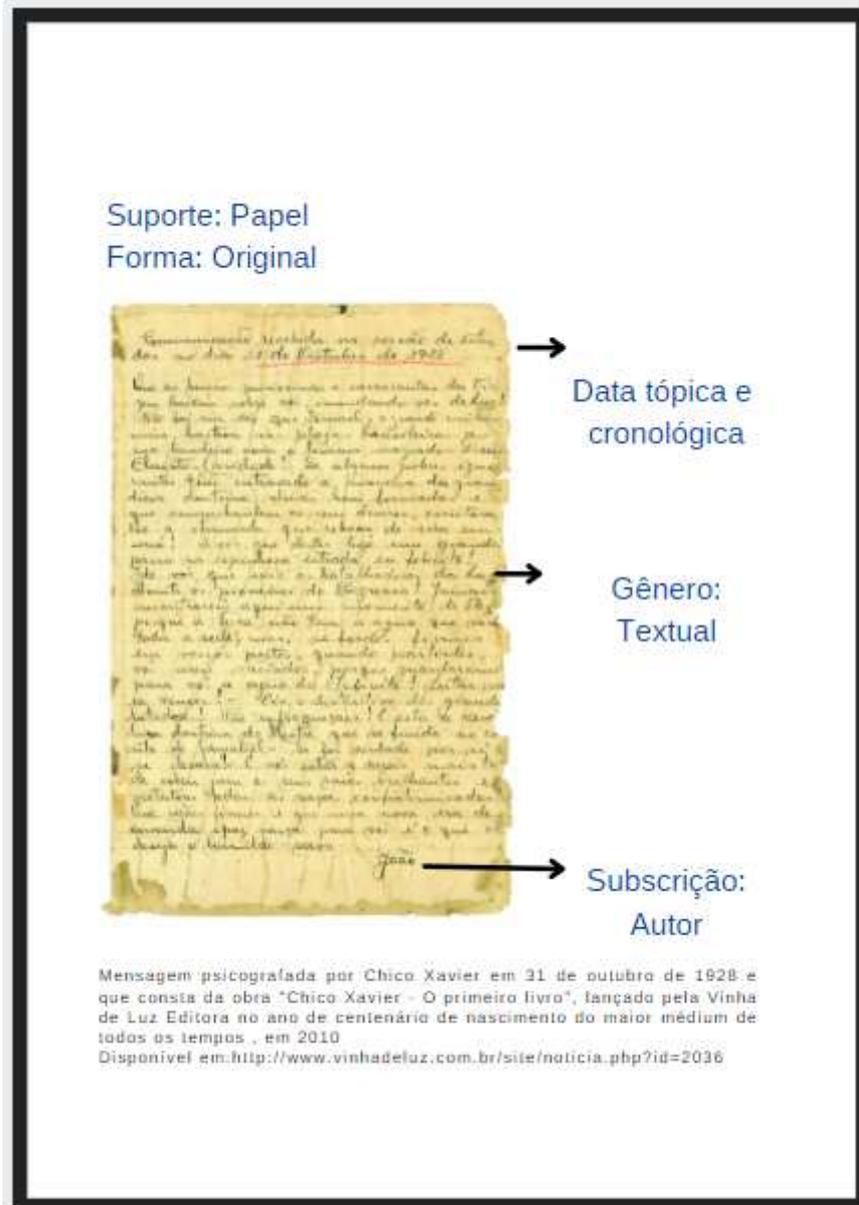
Na identificação diplomática do documento deve-se reconhecer sequencialmente	Na identificação tipológica do documento, a sequência é distinta e nela deve-se reconhecer e/ou estabelecer:
1 - Sua identidade relativamente à espécie, ao conteúdo e a finalidade;	1 - Sua origem/proveniência;

2 - Datação (tópica e cronológica)	2 - Sua vinculação com a competência e função com a entidade acumuladora;
3 - Sua origem/proveniência;	3 - Associação entre espécie em causa e o tipo documental;
4 - Transmissão, tradição documental;	4 - Conteúdo;
5 - fixação do texto.	5 - Datação.

Fonte: BELLOTTO (2008, p. 15/16)

A psicografia possui de maneira incipiente elementos que podem ser analisados por uma abordagem Diplomática. A figura 5 demonstra essa afirmativa:

Figura 5 – Elementos diplomáticos em uma psicografia



Fonte: organizado por Claudia D. O. de Almeida

Apesar de ser uma análise diplomática incipiente, alguns elementos podem ser observados na figura 5. A psicografia não possui um protocolo padrão de produção. Ela é produzida de acordo com o suporte disponibilizado ao médium. A orientação da instituição sobre os elementos que podem ser acrescentados a ela são a datação e o nome do médium que a psicografou. Sob esta perspectiva descrita, os elementos presentes são instáveis.

A necessidade da psicografia ser identificada como espécie documental na arquivística é notória, por ser um documento nato permanente produzido em uma atividade dentro de uma instituição privada ou por particulares. Um exemplo desta necessidade foi o trabalho realizado por SILVA (2016) na Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS). Sua dissertação de mestrado pelo programa de pós-graduação em Patrimônio Cultural pela UFSM indica que não há quaisquer termos que remetem à psicografia na classificação/arranjo da instituição. É provável que a FERGS possua psicografias em seu acervo, tratando-se de uma instituição espírita que também atua como editora de obras espíritas.

Uma entrevista por e-mail foi realizada com o autor da dissertação mencionada, contendo 5 questões (apêndice B). Ao ser questionado se havia psicografia no acervo da instituição FERGS e o motivo desse documento não estar identificado na classificação/arranjo da instituição Silva (2021) responde que

Sim. Há psicografias sim. Não foi relatado no documento por carência de subsídios técnico-científicos para a construção tipológica, o que pode ser alvo de um estudo aprofundado sobre o assunto. Torna-se crucial a investigação sobre essa forma documental". (Silva, 2021, questionário eletrônico).

Verifica-se a necessidade da identificação da psicografia como espécie documental no depoimento de Silva W. (2021). Na perspectiva de ser o produto de uma atividade realizada dentro de instituições espíritas e ser aceita como documento probatório em processos judiciais ressalta a importância desta identificação na área arquivística.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou identificar a psicografia como espécie documental, através da revisão de literatura dos conceitos arquivísticos referentes ao tema identificação, a primeira etapa para realizar a gestão do documento de arquivo. A pesquisa também revisitou conceitos como tipologia documental, classificação/arranjo e descrição. Ela buscou sua atual visão sobre documento arquivístico para os processos de identificação na Diplomática contemporânea.

Ao contextualizar a Doutrina Espírita, descrevemos o contexto em que a psicografia é produzida e mostramos a necessidade de um médium psicógrafo para realizar tal produção. Dentro das Instituições Espíritas, esta produção é realizada em uma atividade denominada sessão mediúnica ou sessão de intercâmbio mediúnico, atividade na qual há recolhimento destes documentos aos seus arquivos. Todo este contexto demonstra a necessidade da identificação da psicografia.

O estudo realizado por Silva (2016), referente à psicografia como objeto para a análise da prática Semiótica, nos proporcionou identificar gêneros textuais presentes na produção da psicografia, os quais poderão ser o elemento que dará a nomenclatura da tipologia documental.

A pesquisa possibilitou realizar uma análise diplomática observando os elementos presentes na psicografia. Os elementos presentes no documento foram suporte (papel), formato (original), data tópica, data cronológica, gênero (textual) e subscrição (assinatura). A psicografia não possui um protocolo padrão de produção nas Instituições Espíritas, o que dificulta estabelecer um vínculo (proveniência) e a organicidade de acordo com a produção de cada instituição. No apêndice C, uma sugestão de protocolo foi elaborada para garantir a proveniência da psicografia nas instituições espíritas.

As pesquisas sobre a psicografia em outras áreas afins como o Direito corroboram com a necessidade de referência na área Arquivística.

A identificação da psicografia, além de auxiliar o trabalho do arquivista ao se deparar com este tipo de documento, terá relevância dentro das Instituições Espíritas, para futuras pesquisas em seus acervos para gestar este tipo de produção ainda não explorada na

arquivologia. Espera-se que esta pesquisa traga reflexões sobre o tema abordado, para que a psicografia possa ser identificada como espécie documental dentro das perspectivas arquivísticas realizadas nos parâmetros científicos, contribuindo para a construção do conhecimento da área.

A psicografia como documento arquivístico possibilita outras pesquisas na área de Arquivologia e suas ciências afins Arquivologia. Na Arquivologia estudos referentes aos acervos, seu valor enquanto patrimônio cultural, entre outros. Na Paleografia pode-se realizar pesquisas referentes à leitura e transcrição de psicografias manuscritas. No Direito pode-se realizar estudos referentes ao processo de tratamento documental dado a psicografia anexada aos processos. A psicografia e seu contexto de produção possui relevância para futuros estudos em diversas áreas do saber, espera-se que esta pesquisa possibilite pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**, 4 edição, Rio de Janeiro, ed. FGV, 2006.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**, 2ª ed. Brasília - DF. Briquet de Lemos, 2008. Disponível em :<[CBD0164 \(1. sem 2018\): Diplomática e tipologia documental em arquivos \(usp.br\)](#)>. Acesso em 12 de out. de 2021

_____. **Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho**. Documento: gênese e contextos do uso. Niterói: EdUFF, 2010. pág 161/17 Disponível em: <[Documento: gênese e contextos do uso / Lídia Silva de Freitas, >](#). Acesso em 20 de maio 2019

_____. **A Diplomática como chave da teoria arquivística**. Archeion Online, João Pessoa, v.3, n.2, p.04-13, jul./dez. 2015. Disponível em: <[pdf_cf033e62a9_0000019555.pdf \(brapci.inf.br\)](#)> Acesso em 04 de maio 2019

_____. **Uma base terminológica consensual: limites e possibilidades**. Dar nome aos documentos: da teoria à prática / apresentação de Danielle Ardaillon. - São Paulo : Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. pág 32/55 Disponível em: https://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome Acesso em 15 de maio 2019

BERNADES, Ilda. et al. **Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-fim**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em:<[Manual Como elaborar Tabela Temporalidade versão paraPDF.d... \(arquivoestado.sp.gov.br\)](#)> Acesso em 20 de abril 2019

BYRON, Paulo. **Da Prova Art. 212 a 232 Código Civil – Comentado**. Jurídico Certo. 2017 Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/paulobyron/artigos/da-prova-art-212-a-232-codigo-civil-comentado>>. Acesso em 15 de agosto 2019

CAMARGO, Ana Maria A. **Sobre Arquivos Pessoais**. Arquivo & Administração. Rio de Janeiro. AAB, v. 7, nº2, jul./dez. pág 8/9, 2008. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/62257>>. Acesso em 14 de agosto de 2019

_____. **Sobre espécies e tipos documentais**. Dar nome aos documentos: da teoria à prática / apresentação de Danielle Ardaillon. - São Paulo : Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. pág 14/30. Disponível em: https://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome Acesso em 14 de maio 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Centro de Documentação e Informação. **Lei nº 8.1579/91. 1991. Disponível em: [lei-8159-8-janeiro-1991-322180-norma-actualizada-pl.pdf \(camara.leg.br\)](#)**. Acesso em 10 de abril de 2019

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ISAAR (CPF) Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias.

Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: <[Microsoft Word - Isaar arquivo1.doc \(www.gov.br\)](#)>. Acesso em 15 de mar. 2021

ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <[isad1_33.doc \(www.gov.br\)](#)> Acesso em 15 de mar. 2021

DELMAS, Bruno. **Por uma Diplomática contemporânea: novas aproximações.** Dar nome aos documentos: da teoria à prática / apresentação de Danielle Ardaillon. - São Paulo : Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. pág 32/55 Disponível em: https://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome Acesso em 15 de maio 2019

DIDIER, Jr Fredie, BRAGA, Paula S. **“Elementos do documento”**, 2013, Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia n.25. Disponível em: <https://docplayer.com.br/31486552-Vii-carta-psicografada-como-fonte-de-prova-no-proceso-civil-1.html> Acesso em: 05 de maio de 2019

DOYLE, Arthur Conan. **A História do Espiritismo**, 2008, Disponível em: <http://www.autoresespiritasclassicos.com>. Acesso em 15 de mar. 2019

FIGUEIREDO, Paulo H., **Revolução Espírita: a teoria esquecida de Allan Kardec.** 1ª Edição, São Paulo (SP), MAAT, 2016).

FONSECA, Vitor M. M. **Tendências da normalização nas práticas de descrição arquivística.** Documento: gênese e contextos do uso. Niterói: EdUFF, 2010. pág 247/260, Disponível em: <[Documento Gênese e Contextos de Uso \(Estudos Da Informação, Vol. 1\) | PDF | Ontologia \(Ciência da Informação\) | Taxonomia \(Biologia\) \(scribd.com\)](#)>. Acesso em 05 de nov. 2021

FRANZOLIM, Ivan. **Instituições Espíritas no Brasil – Cadastro da ADE-SP.** Ideias e Anotações. 2012. Disponível em: <<http://franzolim.blogspot.com>>. Acesso em: 14 de nov. de 2018

Quantos são os espíritas no Brasil e no Mundo. Associação Brasileira de Divulgadores do Espiritismo (ABRADE), julho de 2021. Disponível em: <<https://abrade.com.br/quantos-sao-os-espíritas-no-brasil-e-no-mundo>>. Acesso em 12 de outubro de 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO BIODIVERSIDADE. **Manual de Gestão Documental, 2010,** disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/manualdegestaodocumental.pdf>>

JUNIOR DELMANTO, Roberto. **Prova documental**. Enciclopédia Jurídica da PUCSP. agosto 2020. Disponível em: <[Prova documental \(pucsp.br\)](#)>. Acesso em 10 de nov. 2021

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. 2ª Edição CELD Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[o_livro_dos_espiritos-min.pdf \(celd.org.br\)](#)> Acesso em 07 de nov. 2018

_____ **O Livro dos Médiuns - ou Guia dos Médiuns e dos Evocadores**, 1ª Edição, CELD, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[o_livro_dos_mediuns-min.pdf \(celd.org.br\)](#)> Acesso em 07 de nov. 2018

_____ **O Que é o Espiritismo**. 3ª Edição CELD Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[O_que_é_o_Espiritismo.pdf \(celd.org.br\)](#)> Acesso em 08 de nov. 2018

_____ **Principiante Práticas Sobre as Manifestações Espíritas, 1999**. Disponível em: [Microsoft Word - Allan Kardec - Instruções Práticas sobre as Manifestações Espíritas.doc \(bvesspirita.com\)](#). Acesso em de 12 nov. 2018

_____ **Revista Espírita 1869**, 1ª edição, IPE, São Paulo, dez. 2001. Disponível em: <[Revista Espírita - Décimo segundo ano - 1869 \(oconsolador.com.br\)](#)>. Acesso em de 12 maio 2019

KUCHE, José C, Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópoli, RJ, Vozes, 1997

MORENO, Nádia, A; BARTALO, Linete. **Gestão em arquivologia [livro eletrônico] : abordagens múltiplas** – Londrina : Eduel, 2015. Disponível em: [Gestão em arquivologia: Abordagens múltiplas \(scribd.com\)](#). Acesso em 15 de fev. de 2022

MURAKAMI R, CAMPOS CJG. **Religião e saúde mental: desafio de integrar a religiosidade ao cuidado com o paciente**, Rev Bras Enferm, Brasília, mar-abr, pág. 362-367, 2012, disponível em: <<http://www.scielo.br>>, Acesso em 05 de dez. 2018

NOBRADE: **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: [arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf](#)

OMENA, Emanuel, **Quantos são os Espíritas no Mundo**, Artigo, ABRADE, 08 de agosto de 2021, <https://abrade.com.br/quantos-sao-os-espiritas-no-brasil-e-no-mundo> Acesso em 05 de dez. 2021

POLÍZIO, Vladimir, **A Psicografia no Tribunal**, editora Butterfly, 2009, disponível em: <https://pt.scribd.com/document/29619893/A-Psicografia-no-Tribunal-Flash-Literario>. Acesso em 14 de maio de 2018

PILASTRE, Bruno S. S. D.. **Tipologias e Gêneros Textuais**, GRAN Cursos online, Disponível em: [Aula 2 - Tipologias e Gêneros Textuais - Bruno Pilastre de Souza Silva Dias PDF | PDF | Noam Chomsky | Discurso \(scribd.com\)](#), Visto em: 21 de agosto de 2021

PERANDRÉA, Carlos Augusto. **A Psicografia à Luz da Grafoscopia**. São Paulo: Editora FE, 1991.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, **LEI FEDERAL nº 8.159 de 1991**, Disponível em: [L8159 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/leis/1991/8159.htm). Acesso em: 28 de jan. 2021

PRIORE, Mary del, **Do Outro Lado, A história do sobrenatural e do espiritismo**. 1ª edição, Planeta, 2014, São Paulo – SP.

RODRIGUES, Ana Célia; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/> >. Acesso em 14 de abr. 2019

_____ **Identificação: uma nova função arquivística?** Revista EDICIC, v.1, n.4, p.109-129, Oct./Dic. 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista>>. Acesso em 08 de maio. 2019

_____ **Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho**. Documento: gênese e contextos do uso. Niterói: EdUFF, 2010. pág 175/192 Disponível em: <[Documento: gênese e contextos do uso / Lídia Silva de Freitas](#),>. Acesso em 08 de abr. 2019

RODRIGUEZ, Sônia Maria T. **Atribuir nomes a tipos, séries e unidades documentais: dialogando com Mariano Garcia Ruipérez**. Dar nome aos documentos: da teoria à prática / apresentação de Danielle Ardaillon. - São Paulo : Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.pág 158/181 Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome> Acesso em 15 de maio 2019

RONDINELLI, Rosely C. **O conceito de documento arquivístico frente a realidade Digital: uma revisitação necessária**. pág 115 (Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. Disponível em :<acervo digital pessoal> Acesso em: 12 de dez. 2021

SANTOS, Vanderlei B.... **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. 3ª edição, Distrito federal, SENAC, 2013

SENADO FEDERAL. **Código de processo civil e normas correlatas**. – 9. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <[CPC_9ed_2016.pdf \(senado.leg.br\)](#)>. Acesso em 08 de abr. 2019

_____ **Código de Processo Penal**. – 3. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: <código de processo penal 3 ed.pdf (senado.leg.br)>. Acesso em 08 de abr. 2021

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos, Princípios e Técnicas**. 6ª edição, FGV, 2006, Rio de Janeiro-RJ.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. (Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [\(ClarissaMS<chmidt_revisada.pdf \(usp.br\)>](#)

SILVA, Cintia A. **As cartas de Chico Xavier: uma análise semiótica**. Cultura Acadêmica. São Paulo 2012. Disponível em: [<\(PDF\) As cartas de Chico Xavier: uma análise semiótica | Cintia Alves da Silva - Academia.edu >](#) Acesso em 03 de abr. 2019

_____ **A prática da psicografia: corpo e transmissão em relatos de experiência mediúnica**. (Tese (Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa)- Faculdade de Ciências e Letras da Unesp- Campus Araraquara. Livro Digital, 2016, Disponível em: [<Portal_eduCapes: A prática da psicografia: corpo e transmissão em relatos de experiência mediúnica>](#) Acesso em 03 de abr. 2019

SILVA, Luiz Magno Barreto, “**Você sabe o que é Estado Laico?**”. site Politize, artigo publicado em 05 de junho de 2017, Disponível em [<https://www.politize.com.br/estado-laico->](#) visto em 08 de out. 2018

SILVA, Marcos A. (coord.). **Enciclopédia Jurídica da PUCSP - Processo Penal - Prova Documental**. 2020. Disponível em: [Microsoft Word - Prova Documental - Roberto Delmanto.docx \(pucsp.br\)](#). Acesso em: 15 de dez. 2021

SILVA, William J. G. **A preservação do patrimônio documental arquivístico da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. pág. 53** (Dissertação (Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2016. Disponível em: [<A preservação do patrimônio documental arquivístico da Federação Espírita do Rio Grande do Sul | Manancial - Repositório Digital da UFSM>](#) Acesso em: out. de 2021

_____ **Depoimento** [dez, 2021]. Entrevistadora Claudia Daiane Oliveira de Almeida. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, RS. Questionário eletrônico (5 questões). Entrevista concedida para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso.

TOGNOLI, Natália B. **A origem do método diplomático como subsídio à organização da informação arquivística**. ResearchGate 2013. Disponível em: [<\(PDF\) A ORIGEM DO MÉTODO DIPLOMÁTICO COMO SUBSÍDIO À ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NATÁLIA BOLFARINI TOGNOLI \(researchgate.net\)>](#) Acesso em 08 maio. 2021

TOMASSEM, Theo. **Uma pequena introdução à Arquivologia**. *Arquivo e Administração*, V. 5, jan/jun 2006. Disponível em: [<arquivo pessoal>](#) Acesso em 22 de abr. 2019

VITORIANO, Marcia Cristina de C. **P.Arquivos privados : abordagens plurais / organização José Francisco Guelfi Campos ; Associação de Arquivistas de São Paulo**. -- São Paulo: ARQ-SP, 2016. Disponível em: [<Arquivos privados abordagens plurais e-book.pdf \(arqsp.org.br\)>](#) Acesso em 25 de mar. 2019

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Arquivística**. Disponível em: **Arquivística – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)** . Acesso em 12 de abr. de 2019

APÊNDICE A – LISTA DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E TESES DE DOUTORADO QUE CITAM O TERMO PSICOGRAFIA DIRETA E INDIRETAMENTE

Instituição	Curso	Data da Defesa	Tipo Documento	Título	Autor
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pós-Graduação em Antropologia Social	2000	Tese de Doutorado	Os espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre cultura escrita e oralidade no espiritismo kardecista	Lewgoy, Bernardo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)	Pós-Graduação em Ciências da religião	2001	Dissertação de Mestrado	Morte no corpo, vida no espírito: o processo de luto na prática espírita da psicografia	Guarnieri, Maria C. M.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)	Pós-Graduação em	2001	Tese de Doutorado	Chico Xavier em Comunicação - personagem, biografias, edições e psicografia	Fernandes, Magali O.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Pós-Graduação em Educação	2003	Dissertação de Mestrado	A educação da alma: um estudo de caso	Castro, Maria Lúcia C. S.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pós-Graduação em Letras	2004	Tese de Doutorado	Aurum Alchymicum Clariciano: um olhar hermético sobre o texto de Lispector	Beltrão Filha, Maria C S

Universidade de São Paulo (USP)	Pós-Graduação em Psiquiatria	2005	Tese de Doutorado	Fenomenologia das experiências mediúnicas, perfil e psicopatologia de médiuns espíritas	Almeida, Alexander M
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Pós-Graduação em Strictu Sensu em Ciências Sociais	2006	Dissertação de Mestrado	Eu e o Outro: uma reflexão acerca dos processos de identificação no Espiritismo	SILVA, Gleide S.
Universidade Federal de Pernambuco	Pós-Graduação em Sociologia	2006	Pós-Graduação em	Multiculturalismo, pluralismo e (In)tolerância religiosa: o relacionamento dos espíritas pernambucanos com os adeptos de outras religiões (1999-2004)	Oliveira, Aurenea M
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Pós-Graduação em Geografia	2007	Dissertação de Mestrado	O espiritismo em Ponta Grossa - PR : perspectivas de um espaço do além e para um além do espaço	Godoy, Marino L. M.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Pós-Graduação em Antropologia Social	2007	Dissertação de Mestrado	A construção sociocultural da sexualidade e do HIV-Aids no espiritismo kardecista brasileiro	Marmolejo, Javier G.
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Pós-Graduação em	2007	Tese de Doutorado	Céu, inferno e purgatório: representações espíritas do além	Silva, Fábio L.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Pós-Graduação em Linguística	2008	Dissertação de Mestrado	Psicanálise e doutrina espírita: o percurso de um desencontro epistemológico e a audição de vozes	Cabral, Elisandra B
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Pós-Graduação em Teoria e História Literária	2008	Tese de Doutorado	O Caso Humberto de Campos: Autoria Literária e Mediunidade	Rocha Alexandre C.
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pós-Graduação em Ciência Política	2008	Dissertação de Mestrado	Espiritismo kardecista brasileiro e cultura política história e novas trajetórias	Ferreira, Fernanda F. M
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pós-Graduação em Educação	2009	Tese de Doutorado	Educação de pais gestantes: uma pedagogia possível segundo o espiritismo como saber emergente e educação integral do ser humano	Teixeira, Cicero M
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Pós-Graduação em Psicologia Social	2009	Dissertação de Mestrado	A representação social de perfeição na memória das personalidades do espiritismo	Albuquerque Eduardo P

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pós-Graduação em Letras	2010	Tese de Doutorado	Entre vozes , um silêncio, um sujeito se inscreve na experiência da escrita poética: a poesia de Ana Cristina Cezar	Cardoso, Tânia C.
Universidade De São Paulo (USP)	Pós-Graduação Em Psicologia Social	2010	Dissertação de Mestrado	Representações sociais de fenômenos anômalos em profissionais clínicos de psicologia e psiquiatria	Shimabukuro, Alessandro H
universidade Federal da Bahia (UFBA)	Pós-Graduação em Ciências da religião	2010	Dissertação de Mestrado	Comunicação com os mortos: espiritismo, mediunidade e psicografia	Gonçalves, Iracilda C F
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pós-Graduação em Antropologia	2010	Tese de Doutorado	Vassouras, ciganas e extraterrestres : médiuns e emoções no campo religioso espírita de Natal (RN)	Madureira, Antoinette B.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Pós-Graduação em Ciência da Religião	2010	Dissertação de Mestrado	“As Associações Medico-Espíritas e a Difusão de seu paradigma de Ciência e Espiritualidade”	Soares, Roger T.
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pós-Graduação em Psicologia	2010	Dissertação de Mestrado	Ser voluntário, ser realizado [manuscrito]: investigação fenomenológica numa instituição espírita	Gaspar, Yuri E

Universidade De São Paulo (USP)	Pós-Graduação em Psicologia Social	2011	Dissertação de Mestrado	Metamorfoses do espírito: usos e sentidos das crenças e experiências paranormais na construção da identidade de médiuns espíritas	Maraldi, Everton O.
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Pós-Graduação em Letras	2011	Tese de Doutorado	Na discursivização de Nosso Lar: as verdades do Espiritismo	Gonçalves, Iracilda C F
Universidade Federal de Pernambuco	Pós-Graduação em Educação	2011	Dissertação de Mestrado	Estado laico, igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas (1890 – 1930)	Wenceslau, Leandro D
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	Pós-Graduação em Ciências Sociais	2012	Tese de Doutorado	O espiritismo e a arte médica	Rezende, Eliane G
Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM)	Pós-Graduação em Direito	2012	Dissertação de Mestrado	A psicografia como prova social	Melo, Michele R
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Pós-Graduação em linguística e Língua Portuguesa	2012	Dissertação de Mestrado	As cartas de Chico Xavier: uma análise	Silva, Cintia Alves da

Universidade Federal de Uberlândia	Pós-Graduação em História	2013	Tese de Doutorado	Loucura e Obsessão: entre psiquiatria e espiritismo no Sanatório Espírita de Uberaba-MG (1933-1970)	RIBEIRO, Raphael A
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pós-Graduação em Direito	2013	Dissertação de Mestrado	Narrativas de além-túmulo como topos da realidade jurídica: por um consenso retórico quanto às causas das comunicações espirituais perante tribunais de justiça estaduais	Neves, Eduardo P C
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Pós-Graduação em Psicologia Social	2013	Tese de Doutorado	Chico Xavier e o mundo dos espíritos: um estudo de representações sociais	Albuquerque, Eduardo P
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pós-Graduação em História	2014	Tese de Doutorado	Quando a doença torna a vida um fardo: a trajetória de Humberto de Campos (1928-1934)	Agra, Giscard F.
Universidade De São Paulo (USP)	Pós-Graduação em Psicologia Social	2014	Tese de Doutorado	Dissociação, crença e identidade: uma perspectiva psicossocial	Maraldi, Everton O.
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pós-Graduação em Antropologia	2014	Dissertação de Mestrado	Do Despertar ao Trabalhar: a produção do médium espírita kardecista em	Leite, Emmanuelle V. M.

				dois diferentes contextos etnográficos.	
Universidade Federal da Paraíba	Pós-Graduação em Ciências Sociais	2014	Dissertação de Mestrado	Em torno do Nosso Lar: uma análise das controvérsias produzidas no movimento espírita	VIDAL, Fabiano C. M.
Universidade Estadual Paulista (USP)	Pós-Graduação em Estudos Linguísticos	2014	Dissertação de Mestrado	A caridade é em tudo, a regra de proceder: análise do discurso Kardecista	Silvia, Tamires
Universidade Federal de Pelotas.	Pós-Graduação em Educação	2014	Tese de Doutorado	A educação das almas o estudo sistematizado da Doutrina Espírita e a unificação do Movimento Espírita Brasileiro	GIL, Marcelo Freitas
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pós-Graduação em História	2015	Dissertação de Mestrado	PRETO-VELHO, PAI JOÃO”: REPRESENTAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO ROMANCE ESPÍRITA SENZALA (1976)	Saraiva, Deise M. A. L.

Universidade Federal do Ceará (UFC)	Pós-Graduação em História	2015	Tese de Doutorado	A invenção da imagem autoral de Chico Xavier: uma análise histórica sobre como o jovem desconhecido de Minas Gerais se transformou no médium espírita mais famoso do Brasil (1931-1938)	Cunha, A. V. C. S.; Lucas
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	Pós-Graduação em Direito	2015	Dissertação de Mestrado	O direito autoral na obra psicografada: possibilidades e potencialidades	Ribeiro, Francisco Narcélio
Faculdade de Direito de Vitória (FDV)	Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais	2015	Dissertação de Mestrado	A invisibilidade epistemológica de conhecimentos não convencionais e sua apropriação pelo direito na ótica dos direitos fundamentais: uma análise a partir das cartas psicografadas e a racionalidade jurídica brasileira	Costa, Lucas K
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pós-Graduação em História	2015	Tese de Doutorado	Estado laico, igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e	Souza Junior, José P

				religiosas (1890 – 1930)	
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pós-graduação em Estudos Linguísticos	2016	Tese de Doutorado	O discurso da "santidade" em narrativas de vida de São Francisco de Assis e de Francisco Cândido Xavier	Carvalho, Aline T. S.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Pós-Graduação em Ciências da Religião	2016	Dissertação Mestrado	Kardec, magos negros, caboclos e preto-velhos: o espiritismo de Robson Pinheiro dos Santos	Lima, Silas R R
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Pós-Graduação linguística e Língua Portuguesa	2016	Tese de Doutorado	A prática da psicografia: corpo e transmissão em relatos de experiência mediúnica	Silva, Cintia Alves da
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pós-Graduação em Educação	2016	Dissertação de Mestrado	Espiritualidade, intuição e razão Contribuições à formação humana no pensamento de Röhr e no Espiritismo	Santos, Marcelo G
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	Pós-Graduação em História	2016	Dissertação de Mestrado	O vôo do pássaro e seu canto: trajetória de um espírita e do Espiritismo em Feira de Santana (1940-1960)	Morgado, Chablik

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pós-Graduação em Antropologia	2017	Tese de Doutorado	Como pensam os mortos: ideologia moderna, catolicismo e espiritismo kardecista em Juazeiro do Norte	Nascimento Junior, Joaquim I
Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pós-Graduação em História	2017	Tese de Doutorado	"Santinhas do Itacorubi": história e memória das milagreiras do cemitério São Francisco de Assis/Itacorubi, Florianópolis (1980-2016)	Tomasi, Julia M
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pós-Graduação em Antropologia Social	2017	Tese de Doutorado	A dúvida mais persistente: as formas de governo do desaparecimento de pessoas no Brasil	Leal, Eduardo M
Faculdade Unida de Vitória (FUV)	Pós-Graduação em Ciências das Religiões	2017	Dissertação de Mestrado	Influência das religiões nas decisões de processos penais- Cartas psicografadas como meio de prova	Almeida Bráulio B
Universidade Metodista de São Paulo (UNESP)	Pós-Graduação em Ciências da Religião	2017	Dissertação de Mestrado	DEIXAI TODA ESPERANÇA VÓS QUE ENTRAIIS: o Inferno na tradição dos apócrifos e sua recepção em textos medievais e contemporâneos	MATTOS, Carlos Eduardo

Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pós-Graduação em Letras	2018	Tese de Doutorado	Corpop um corpus de referência do português popular escrito do Brasil OBS: O termo psicografia é mencionado em um anexo de coleta de dados)	Pasqualini, Bianca F.
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG)	Pós-Graduação em Ciências das Religiões	2018	Dissertação de Mestrado	De progresso a evolução espiritual[recurso eletrônico]: uma contribuição da codificação espírita para o diálogo inter-religioso/Antonio Carlos Coelho ; orientador: Roberlei Panasiewicz	Coelho, António C
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Pós-Graduação em Educação.		Tese de Doutorado	As experiências de quase-morte como Psicagogia : ou o amor como princípio da Pedagogia	Azevedo, Rodrigo O.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Pós-Graduação em Psiquiatria e Ciências do Comportamento	2018	Tese de Doutorado	Medidas de religiosidade e espiritualidade em saúde: propriedades psicométricas em diferentes contextos clínicos OBS: O termo psicografia é mencionado em um anexo de coleta de dado	Zimpel, Rogério R.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Pós-Graduação em Antropologia Social	2018	Dissertação de Mestrado	Os mortos estão vivos e mandam lembranças: a psicografia de cartas a entes queridos	Carli, Diana D W
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pós-Graduação em Letras	2018	Dissertação de Mestrado	A loucura e Nelson Rodrigues: o teatro do desagradável	Silva, Antonio L. A.
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pós-Graduação em Música	2018	Dissertação de Mestrado	Espiritismo e música na Casa de Auxílio e Fraternidade Olhos da Luz: uma aproximação etnográfica	Oliveira, Kelly Eliane

Universidade Federal de Goiás (UFG)	Pós-Graduação em Estudos da Linguagem,	2018	Dissertação de Mestrado	AUGUSTO DOS ANJOS PELA PSICOGRAFIA DE CHICO XAVIER: uma análise comparativa, em âmbito discursivo e autoral, entre Parnaso de além-túmulo e Eu e outras poesias	Assis, Leonardo G
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pós-Graduação em Música	2018	Dissertação de Mestrado	Música é energia!” - sentidos do fazer musical nas práticas de cuidado da Casa de Everilda Batista	Passos, Hozana R z
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Pós-Graduação em Psicologia	2019	Dissertação de Mestrado	Escala de coping religioso-espiritual (escala CRE): tradução, adaptação e validação da escala rcope, abordando relações com saúde e qualidade de vida OBS: O termo psicografia é mencionado em um anexo de coleta de dados	Panzini, Raquel G

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)	Pós-Graduação em História Social	2019	Dissertação de Mestrado	Religião e humor na contemporaneidade: representações da doutrina espírita e construção de identidades no campo religioso	Fonseca, Grazyelli C
---	----------------------------------	------	-------------------------	---	----------------------

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM WILLIAN JERÔNIMO GONTIJO DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO ARQUIVOLOGIA

Entrevista de autoria de: Claudia Daiane Oliveira de Almeida, aluna do curso de Arquivologia da UFSM

Entrevistado: William Jerônimo da Silva Gontijo. **Temática:** Dissertação de mestrado cujo tema foi: **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL**. Que se encontra disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13982/DIS_PPGPC_2017_SILVA_WILLIAM

O objetivo desta entrevista visa sanar dúvidas referente a um documento arquivístico não citado na dissertação de mestrado: **PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL**. Sendo a FERGS, uma Instituição Espírita, cuja existência desse documento arquivístico em seu acervo é considerável. Sendo este documento arquivístico o objeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

A aluna expressa seu sentimento de agradecimento ao entrevistado na participação desta entrevista.

1- Na introdução de sua dissertação, há a afirmativa que o objetivo do trabalho era analisar a aplicação de estratégias de preservação para fins de elaborar um plano de preservação do Patrimônio Documental Arquivístico da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS). Que a pesquisa possibilitou a identificação das tipologias documentais e a proposição da classificação/arranjo e a descrição documental. Como resultado, constatou-se que a FERGS possui uma relação expressiva de tipologias documentais que são destinadas à guarda permanente, bem como uma estrutura de arranjo e avaliação do seu patrimônio documental arquivístico. Foram contemplados na classificação/arranjo todos os documentos arquivísticos em custódia do acervo da FERGS?

Nem todos. Provavelmente, somente os que foram possíveis constatar. Há uma infinidade de tipologias que podem ter sido criadas em ambiente digital para o atendimento de eventuais demandas e finalidades organizacionais.

2 - O acervo da FERGS é constituído por documentos arquivísticos em suporte físico e digital, sendo estes produzidos e recebidos em razão das atividades finalísticas da instituição desde sua criação em 1921. Quero destacar duas perguntas que fazem parte de suas reflexões em sua dissertação: como é composto este patrimônio documental arquivístico? Qual é a lógica de sua classificação e como ele é compreendido enquanto patrimônio documental arquivístico? Essas reflexões obtiveram respostas satisfatórias?

Quando a gente se refere ao Patrimônio Documental Arquivístico estamos nos referindo aos documentos arquivísticos de caráter permanente ou que foram identificados com algum valor em que as medidas de preservação e conservação necessitam ser realizadas para atingimento dos propósitos desse trabalho. Os principais conjuntos documentais que foram compreendidos como de guarda permanente, não só em razão do seu reconhecimento institucional, mas pela expressividade do acervo, são: a revista “A Reencarnação” e o jornal “O Diálogo Espírita”.

3 - O primeiro objetivo específico descrito em sua dissertação, letra a) realizar o diagnóstico do patrimônio documental arquivístico da FERGS, identificando sua tipologia e propondo sua classificação/arranjo e avaliação documental. Foi possível identificar e propor sua classificação/arranjo em todos os documentos arquivísticos do acervo da FERGS?

Como dito anteriormente, dentro do acervo identificável. Provavelmente tivemos alguns documentos arquivísticos, especialmente digitais e/ou nato digitais, que possam ter ficado de fora desse levantamento, seja para o atendimento de determinados objetivos e finalidades institucionais.

4 - No capítulo 3 - **Patrimônio Documental Arquivístico**, item 3.8 Tipologia Documental, você aborda diversos conceitos de autores consagrados na arquivologia, usados como subsídios para a identificação documental. Dando destaque a citação de Bellotto (2006, p. 347). A autora, por sua vez, complementa afirmando que tipo documental é a configuração que assume a espécie documental, de acordo com as informações que foram produzidas em razão de uma determinada atividade.

De acordo com o regimento da FERGS, a Vice-Presidência Doutrinária, no Art. 84 do regimento interno (2014), é composta pelas seguintes Áreas, Secretaria e Assessorias. Darei destaque a apenas duas: a) Área de Atendimento Espiritual no Centro Espírita e) Área de Estudo e Prática da Mediunidade. Nessas duas áreas mencionadas, são realizadas atividades de intercâmbio mediúnico? Se a resposta for afirmativa, há a produção de psicografias (de acordo com a Doutrina Espírita, é a técnica utilizada pelos médiuns para receber mensagens do mundo espiritual, colocando estas no mundo físico por meio de textos escritos)?

Sim. Eventualmente há reuniões mediúnicas na FERGS para o acolhimento de mensagens servem de subsídio ao estudo da produção psicográfica como fonte de trabalho de cunho doutrinário.

5 - No capítulo 12 - O Patrimônio Documental Arquivístico da FERGS- Tipologia, Classificação/Arranjo e Avaliação, no item 12.3 Tipologias Documentais Relativas ao Patrimônio Arquivístico da FERGS, há uma lista da relação de espécies documentais que são produzidas em razão da identificação de gêneros. Nesta lista não há menção aos termos “psicografia”, “carta psicografada”, “documento psicografado”. O acervo arquivístico da FERGS possui cartas psicografadas (como são conhecidas popularmente este tipo de produção)? Se a resposta for afirmativa, qual foi o motivo deste documento arquivístico não estar identificado na Classificação/Arranjo da FERGS?

Sim. Há psicografias sim. Não foi relatado no documento por carência de subsídios técnico-científicos para a construção tipológica, o que pode ser alvo de um estudo aprofundado sobre o assunto. Torna-se crucial a investigação sobre essa forma documental.

APÊNDICE C - PROPOSTA CONCEITUAL DE PADRONIZAÇÃO DE UMA PSICOGRAFIA

Atividade: Sessão Mediúnica
 Suporte: Papel
 Forma: Original

